

FACULDADE CANÇÃO NOVA

JOSÉ RICARDO REZENDE

**A AÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NA VIDA CRISTÃ
À LUZ DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II**

Cachoeira Paulista
2021

FACULDADE CANÇÃO NOVA

JOSÉ RICARDO REZENDE

**AAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NA VIDA CRISTÃ
À LUZ DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de bacharelado em Teologia na Faculdade Canção Nova.

Orientador: Prof. Me. Pe. Ademir Pereira da Costa.

Cachoeira Paulista
2021

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo fazer uma reflexão dogmática da ação do Espírito Santo à luz do Concílio Ecumênico Vaticano II. O desenvolvimento abarca três aspectos: fundamentação Bíblica do Espírito Santo; uma reflexão sobre o Espírito Santo na Igreja, conforme os fundamentos dos ensinamentos do Concílio Vaticano II, que afirma que o Espírito Santo é a alma da Igreja; por fim, o terceiro aspecto aponta a vida no Espírito, no qual, a vida do cristão que, mediante a fé, os sacramentos e os carismas, torna-se intimamente unida a Jesus Cristo. A partir destas reflexões pode-se compreender melhor a ação da Pessoa do Espírito e seu modo de agir na Igreja, no mundo e no homem de nossos tempos.

Palavras chaves: Espírito Santo, Pneumatologia, Vaticano II, Ecclesiologia

ABSTRACT

The goal of this monograph is to make a dogmatic reflection on the working of the Holy Spirit in the light of the Second Vatican Ecumenical Council. The development covers three aspects: Biblical grounds of the Holy Spirit; second, to reflect on the Holy Spirit in the Church, the basics of the teachings of the Second Vatican Council, as the Council states that the Holy Spirit is the soul of the Church; the third aspect highlights life in the Spirit, in which the life of a Christian through faith, the sacraments and the charisms is closely bound to Jesus. From these reflections, the working of the Person of the Spirit and his way of acting in the Church, in the world and in man of our times can be better understood.

Key-words: Holy Spirit, Pneumatology, Second Vatican, Ecclesiology

SIGLAS E ABREVIATURAS

AA	<i>Apostolicam Actuositatem</i> , Decreto;
AT	Antigo Testamento;
AG	Decreto <i>Ad Gentes</i> sobre a atividade missionária da Igreja;
CIC	Catecismo da Igreja Católica;
CL	<i>Christifideles Laici</i> , Encíclica;
DeV	<i>Dominum et Vivificante</i> , Encíclica;
DV	Constituição Dogmática <i>Dei Verbum</i> , sobre a Revelação Divina;
DIM	<i>Divinum Illud Munus</i> , Encíclica;
EN	<i>Evangelii Nuntiandi</i> , Exortação apostólica;
GS	Constituição Dogmática <i>Gaudium et Spes</i> , sobre a Igreja no mundo de hoje;
HG	<i>Humani Generis</i> , Encíclica;
LG	Constituição Dogmática <i>Lumen Gentium</i> , sobre a Igreja;
MCC	<i>Mytici Corporis Christi</i> , Carta Encíclica;
NMI	<i>Novo Millennio Ineunte</i> , Carta Apostólica;
NT	Novo Testamento;
OP	Decreto <i>Optatan Totius</i> , sobre a formação sacerdotal;
PO	Decreto <i>Presbyterorum Ordinis</i> , sobre o ministério e a vida dos presbíteros;
RMI	<i>Redemptoris missio</i> , Carta Encíclica;
RCC	Renovação Carismática Católica;
SC	Constituição Dogmática <i>Sacrosanctum Concilium</i> , sobre a Sagrada Liturgia;
TMA	<i>Tertio Millenio Adveniente</i> , Carta Apostólica;
TL	Teologia da Libertação;
UR	Decreto <i>Apostolicam Unitatis Redintegratio</i> , sobre o ecumenismo;
UUS	<i>Ut unum sint</i> , Encíclica;
VC	<i>Vita Consecrata</i> , Exortação Apostólica Pós-sinodal;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 ESPÍRITO SANTO: FUNDAMENTAÇÃO BÍBLICA-TEOLÓGICA	10
1.1 Ação do Espírito no Antigo Testamento	11
1.2 A relação entre Jesus Cristo e o Espírito: na vida pública	17
1.3 A comunidade cristã primitiva movida pela presença do Espírito Santo	22
2 O ESPÍRITO SANTO NA IGREJA: FUNDAMENTOS NOS ENSINAMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II	28
2.1 A visão histórica com enfoque pneumatológico do Concílio Vaticano II	29
2.2 Igreja como comunhão: a presença do Espírito para uma adequada eclesiologia segundo a <i>Lumen Gentium</i>	36
2.3 Igreja como Sacramento do Espírito: compreensão renovada de liturgia segundo a <i>Sacrosanctum Concilium</i>	40
3 VIDA NOVA NO ESPÍRITO	49
3.1 A missão do cristão movida pelo Espírito Santo à luz do decreto <i>Ad Gentes</i>	51
3.2 O Espírito que impulsiona à caridade no mundo: <i>Gaudium et Spes</i>	56
3.3 Os frutos do Espírito Santo em nossos dias	59
CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

A pesquisa faz uma abordagem dogmática, mais especificamente, no campo da pneumatologia. Para isso, realiza-se uma leitura da ação do Espírito Santo focando alguns aspectos de eclesiologia e de vida cristã, à luz do Concílio Vaticano II. Quer também encontrar os fundamentos da ação do Espírito na Sagrada Escritura. E, além disso, a intenção que move-se neste trabalho é identificar o modo como o Espírito Santo opera até nossos dias.

Assim, como nas origens do mundo e depois em Pentecostes (uma recapitulação da origem do homem novo e do mundo), o Espírito Santo em nossos tempos derramou no Vaticano II graças especiais que marcaram época. Mudou a forma do agir cristão no mundo e consequentemente a eclesiologia da Igreja. Este evento do século foi reconhecido como um novo e perene Pentecostes em nossos dias, nos quais o Espírito Santo manifesta seu agir no cristão, fundamentado no sacerdócio comum dos fiéis, na instituição/hierarquia como serviço prestado ao povo de Deus, nos sacramentos, bem como, através dos dons carismáticos e nas iniciativas próprias do Espírito Santo no mundo.

A relevância desta temática para o mundo hoje ajuda-nos a perceber e abrir-se a ação do Espírito Santo. Permitti-nos a recepção dos frutos do Concílio Vaticano II, a vivência dos carismas, bem como, um retorno ao diálogo com o mundo, com a Igreja e com o homem. Constrói-se desta forma uma vivência de comunhão e de unidade com aqueles que pensam tão diferente de nós. Isso concorda com a ideia da “Igreja em saída”, afirmada pelo recente Magistério do Papa Francisco, que nos faz perceber que cada pessoa é o templo do Espírito Santo.

Pensar na ação do Espírito Santo na vida cristã supõe encontrar em Jesus a revelação deste Espírito. É Jesus que dá o Espírito Santo e forma o corpo de Cristo, que é a sua Igreja. Com isso, tem-se a síntese da visão de Igreja à luz do Vaticano II, de forma que se percebe uma eclesiologia profundamente pneumática e cristológica. Ainda mais, vemos que tais conceitos estão fundamentados na teologia Paulina; isto se afirma pelo modo que, no processo de organização da Igreja comparam-se os carismas e o corpo de Cristo (cf. Cor 12,11-12), chegando à conclusão da unidade na diversidade (cf. Efésios 4, 4-7).

Portanto, o Concílio Vaticano II, torna-se a chave hermenêutica para identificar a ação do Espírito Santo na vida cristã, sobretudo, em nossos tempos. É Deus que age nas estruturas eclesiais e pelo culto-celebrativo, bem como, nas experiências dos carismas. Esta é a liberdade do Espírito que sopra onde quer e como quer (cf. Jo 3,8); portanto, dentro e fora dos muros da Igreja. O Espírito Santo é a alma da Igreja. É Ele que, possibilita o encontro do homem com Cristo e estabelece o vínculo de comunhão pelo amor no Pai.

A presente pesquisa está dividida em três partes. A primeira parte tem como objetivo tratar da questão pneumatológica a partir da fundamentação bíblica. No segundo bloco pretendeu desenvolver uma reflexão a respeito do Espírito Santo e da Igreja no Magistério do Concílio Vaticano II. A última parte dedica-se ao estudo da ação do Espírito Santo na vida cristã, também à luz de alguns documentos do magistério da Igreja.

O primeiro capítulo versa sobre a pneumatologia Bíblica e visa abordar a presença do Espírito na história de salvação. A princípio, apontaremos que a presença do Espírito de Deus se revela no AT como potência salvífica. A partir da experiência do povo hebreu, pode-se constatar a ação do Espírito Santo. Unido ao Pai e ao Verbo (Filho), o Espírito-*Ruah* cria o mundo, da vida e o mantém, portanto, chamado de *ruah* criacional, *ruah* profético e *ruah* sapiencial. Ele guia, ilumina e santifica os homens e prepara a vinda do Messias.

Num segundo momento, falaremos do Espírito que é revelado por Jesus. A ação do Espírito Santo começa na vida pública de Jesus, torna-se elo de comunhão com o Pai e o Filho, de modo que, toda obra salvífica é obra da Trindade.

O Espírito Santo é enviado aos Apóstolos, de modo que neste evento pneumático Jesus forma a sua Igreja (revela-se a plenitude dos tempos). Esta é a autocomunicação de Deus: através da presença do Espírito na comunidade primitiva é perceptível a Sua ação no culto-celebrativo, nos sacramentos, nos carismas e através dos dons.

O Segundo capítulo, sobre O Espírito e a Igreja no Vaticano II é o novo e perene Pentecostes. Aprofunda-se a reflexão sobre em que contexto surgiu o Concílio e os desdobramentos de seu Magistério. Numa perspectiva pneumatológica, analisando o decreto *Lumen Gentium (LG)* e destacando conceitos da eclesiologia conciliar, vê-se a singularidade do Espírito na obra da redenção. Por fim, a Igreja entende-se como sacramento no Espírito, conceito apresentado na *Sacrosanctum Concilium (SC)*, sobre a liturgia. Visto que, o Espírito Santo é alma da liturgia, Ele é também fonte de vida, que torna a Igreja para o mundo, em sua ação litúrgica, sinal visível da obra de Cristo. A Igreja retoma seu modo de ser pneumática-

crisológica, é desconstruído a visão eclesiológica piramidal e revaloriza a visão de Igreja comunhão.

O terceiro capítulo centra-se na vida no Espírito que é a participação na vida do Cristo, de modo que, Ele capacita o cristão por meio dos dons e carismas na realização de sua missão própria. Assim, pela orientação do Espírito, a Igreja em diálogo com o mundo atual, cultiva reciprocidade com eles. Igreja compartilha das suas alegrias e esperanças, tristezas e angústias.

Destacar-se-á ação do Espírito Santo na vida e Missão da Igreja. Sobretudo considerando a visão pneumática do Vaticano II, o qual perpassou diferentes questões de interesse da Igreja (eclesiologia, vida ordenada, consagrada e laicato, missão, diálogo ecumênico e inter-religioso, questões de dignidade humana, questões do planeta, injustiças sociais, paz etc).

É o tempo do Espírito, no qual abre as janelas da Igreja para o mundo, que favorece o encontro com Jesus e derrama sua graça em vista da salvação da pessoa integral. Gera vida nova e faz de cada batizado a presença do Cristo, age pelos sacramentos, pelo culto, pelos dons efusos, bem como, pelos movimentos, comunidades de iniciativas de leigos e para além dos muros da Igreja. Capacita o discípulo a buscar justiça, equidade, a paz e a caridade fraterna entre todos os homens de boa vontade. Agindo o Espírito Santo no cristão torna-o sal da terra e luz para o mundo. É do dever cristão a transformação do mundo pelo Espírito Santo de Deus.

Esta pesquisa monográfica não tem pretensões de desenvolver análises aprofundadas de exegese a respeito do Espírito. Segue a linha da história, no qual, pretende analisar alguns textos Bíblicos, pronunciamentos dos Papas, documentos e decretos do Vaticano II e teólogos da pneumatologia, mais próximos do recente Magistério. Visa identificar elementos específicos da ação do Espírito Santo na vida cristã em nosso tempo, de modo que contribua na compreensão e na reflexão da ação do Espírito Santo na vida cristã à luz do Vaticano II, seguido de uma práxis cristã da Igreja em sua relação com o homem e a criação.

O Espírito continua agindo no mundo. Ele continua criando, dando vida e sustentando-a em toda a criação. Assiste o homem, o santifica e o capacita para a missão em vista do Reino definitivo.

1 ESPÍRITO SANTO: FUNDAMENTAÇÃO BÍBLICA-TEOLÓGICA

No primeiro capítulo queremos tratar da questão pneumatológica a partir da fundamentação bíblica. Com efeito, na história da salvação a presença do Espírito se divide em dois momentos: a primeira é o momento em que a presença do Espírito de Deus está em potência salvífica, que no caso está relacionado ao período de revelação veterotestamentária. Ao passo que o segundo momento é o da plenitude dos tempos, ou seja, do cumprimento daquilo que foi prefigurado no Antigo Testamento (AT), manifestando a ação do Espírito Santo ao longo da revelação neotestamentária. No AT perceberemos como a presença do Espírito se dá de maneira indireta, a saber, O mesmo revela-se de modo criacional, profético e sapiencial. O Espírito de Deus que agia desde a experiência das origens do povo de Israel, atua até a plenitude dos tempos, isto é, criando e gerando a comunhão entre os homens desejada por Deus por meio do seu Filho unigênito.

O Espírito que gera comunhão na Trindade se manifestou por meio dos atos da vida de Jesus para colaborar no cumprimento da obra salvífica. Em suas ações Jesus revelava a presença do Espírito que pairou sobre si desde o Batismo. Deste modo, pela unção do Espírito, marco do início de seu ministério, operaram-se as curas, os milagres, o anúncio da Boa Nova, cumprindo-se assim profecias veterotestamentárias (cf. Isaías 61,1) sobre a vocação do profeta, desvelando a obra messiânica que culminou na plena revelação através da Ressurreição e de Pentecostes.

A partir da vinda do Espírito em Pentecostes, instaura-se um novo tempo. O mesmo Espírito que agiu com o Senhor para a realização da missão foi também derramado sobre seus discípulos que formam a Igreja. Assim, no evento Pentecostes a Igreja num todo recebeu este dom do Senhor. Com efeito, é pela força do Espírito Santo que a Igreja manteve-se firme na história.

Portanto, toda a comunidade eclesial (*kahal*, do hebraico: assembleia reunida, em grego traduziu-se por *ekklesia*) ao longo dos séculos foi conduzida pelo Espírito. Deste modo, cumpriu-se a promessa do Senhor que disse: “convém a vós que eu vá! Porque, se eu não for, o Paráclito não virá a vós; mas se eu for, vo-lo enviarei” (Jo 16,7). É nesta certeza da presença do Espírito que a Igreja faz história até os nossos tempos.

1.1 Ação do Espírito no Antigo Testamento

A partir da experiência do Povo de Deus, desde o AT até nossos dias, pode-se constatar a presença do Espírito Santo a guiar, iluminar e santificar os homens. De modo particular, aqueles que se abriram à Revelação percebem como, de fato, a obra divina é maravilhosa e contínua no meio da humanidade, escrevendo uma verdadeira história de salvação. Quando se observa com atenção os textos das Sagradas Escrituras percebe-se claramente que o Espírito Santo fez-se presente de diversas formas na condução dos desígnios divinos para a salvação da humanidade.

De modo singular, são as Sagradas Escrituras o meio pelo qual Deus, em sua infinita bondade, se revelou aos homens, a partir do registro das experiências de um povo eleito. Portanto, se revelando na história. A Escritura contou com a colaboração de escritores bíblicos, inspirados pelo Espírito, que narraram verdadeiramente os fatos que aconteceram. A este respeito o Magistério da Igreja afirma que: “Pela Revelação divina quis Deus manifestar-se e comunicar-se a si mesmo e os decretos eternos da sua vontade a respeito da salvação dos homens, para fazê-los participar dos bens divinos” (*DV*, n. 6).

Em outras palavras, os textos sagrados são um instrumento da Revelação. E sem esgotar o mistério, Deus quis se dar a conhecer, ora se revela, ora se esconde. Expressando-se por meio de figuras e imagens para tornar-se conhecido pelos homens. A saber:

Executa-se por meio de ações e palavras intimamente relacionadas entre si, de tal maneira que as obras, realizadas por Deus na história da salvação, manifestam e corroboram a doutrina e as realidades significadas pelas palavras, enquanto as palavras declaram as obras e esclarecem o mistério nelas contido (*DV*, n. 2).

O recente Magistério atesta que a palavra de Deus é a linguagem que comunica a experiência. Assim, entende-se que a ação do Espírito Santo no AT foi exprimida por meio desta linguagem inspirada aos autores bíblicos.

Encontram-se diversas referências, do Gênesis ao Apocalipse, à Pessoa do Espírito Santo que age entre os homens para realizar a obra divina, sobretudo nos primeiros versículos da Bíblia já se lê que: “No princípio Deus criou o céu e a terra. Ora, a terra estava vazia e vaga, as trevas cobriam o abismo, e um sopro de Deus agitava a superfície das águas” (Gn 1,1–2).

No AT encontramos o termo Hebraico *ruah*, este é de grande importância para demonstrar a ação do Espírito de Deus. Esta ação do Espírito no AT revela-se através de vários fenômenos e elementos físicos, cósmicos, antropológicos e teológicos, que se fazem presentes na história: desde a obra da criação, passando pelos patriarcas e profetas, iluminando a todos por meio da Sabedoria, até a chegada da plenitude dos tempos, no evento da encarnação.

Por meio do termo *ruah* o povo de Israel significou suas experiências com o Divino, chegando à conclusão da ação do Espírito de Deus em toda criação. Segundo Cantalamessa (2017, p. 28), “o nome *Ruah* contém a revelação primeira e fundamental, sobre a pessoa e sobre a função do Espírito Santo”.

Todos os teóricos pesquisados reconhecem que embora na cosmogonia e na antropogonia, a criação seja obra da Trindade, de modo singular o Espírito de Deus (*Ruah*) exerce um papel fundamental. Ele modela a criação, ordenando todas as coisas.

Diante disso, é obra de suas mãos a beleza da criação, ao Espírito de Deus cabe santificar, animar e modelar toda a vida. Graças ao Espírito podemos contemplar “todo este esplendor de beleza que fez refulgir no mundo” (AMBRÓSIO apud CANTALAMESSA, 2013, p.19).

O termo *ruah* é de origem hebraica, contudo, ao longo dos séculos, por influência dos gregos traduziu-se por *pneuma* e posteriormente os latinos traduziram como *spiritus* (MULLER, 2015, p.13). Este termo é uma palavra feminina que dá conotação de útero originário de onde tudo vem a existência, ou seja, que dá a vida. *Pneuma* é uma palavra neutra para colocar no campo do mistério; enquanto que *Spiritus*, uma palavra masculina, traz a concepção de um criador, origem de todos (CONGAR, 2009).

Nas fontes Veterotestamentárias o termo *ruah* pode ser encontrado a partir de vários significados: força vital, psicológica, física, cósmica e como sentido teológico pode-se ainda falar da experiência da origem de tudo. No sentido teológico, objeto deste estudo, entende-se que o termo trata de uma realidade misteriosa de força, movimento e dinamismo constantes, sopro que cria e dá a vida, pelo qual vivifica e sustenta todas as coisas na história.

De fato, sobre este Espírito, que gera vida e cria dinamismo, já havia falado o Concílio Constantinopolitano (realizado em 553). Neste Concílio se afirma que a “Palavra e Deus e seu Espírito Santo estão na origem de tudo que vive e respira, portanto do ser e da vida de toda criatura” (Cf. DENZINGER, 2006, p. 67).

O mesmo se encontra na vasta produção literária de teólogos que se dedicaram ao estudo da pneumatologia. Todos reconhecem o Espírito como aquele que dá a vida, que

sustenta e dinamiza toda a existência. Deste modo, pode-se confirmar a ideia de *ruah* como termo fundamental na Sagrada Escritura para tratar da ação do Espírito.

As diversas colaborações destes pensadores corroboram com a ideia da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade agindo desde o princípio na economia salvífica. Um teólogo que contribuiu para esse debate, foi Ives Congar. Ele explica que *Ruah* como sendo este Espírito-Sopro é “aquele que faz agir de modo a realizar o Desígnio de Deus na história” (CONGAR, 2009, p. 20).

Moltmann (2002, p.31), ao definir *Ruah* afirma que Deus é anterior a tudo e Dele toda criação recebe o Sopro da vida (*ruah*): é Deus que no Espírito e no Verbo tudo cria e a tudo sustenta. Com efeito, “todos foram chamados à existência pelo sopro da vida divino e são mantidos reunidos numa comunhão da criação favorável à vida”.

A respeito do presente tema, o teólogo pregador da Casa Pontifícia é do parecer que o termo “*Ruah* significa duas coisas estreitamente interligadas: o vento e a respiração” (CANTALAMESSA, 2014, p. 29). Reafirma, portanto, esta estreita relação da compreensão semítica do “sopro”, com o modo de agir divino entre os homens, tal qual o ar que se respira e que é vital.

Com a exaustiva pesquisa dos teólogos citados acima se chega a uma concordância sobre “ar vital” enquanto compreensão mais ampla dos hebreus acerca do termo *Ruah Divino*, como ação do Espírito de Deus, ou seja, o Espírito que dá a vida. Ainda que, como explica Santana (2000), encontrem-se também no texto bíblico vários termos para a mesma compreensão de *Ruah Divino*. Pois, existe uma pluralidade de significados a respeito dos termos derivados da palavra *ruah*, tais como: sopro, ar, vento e etc.

Destarte, a este respeito o Dicionário Bíblico reafirma o conteúdo da pesquisa de Santana de que a compreensão de tais termos análogos ao *ruah* pode ser interpretada de maneiras diversas, pois, dependerá do contexto em que se é empregado, ou seja, “para compreender sua significação devemos examinar o que é dito sobre ele na narrativa bíblica do AT” (MCKENZIE, 2003, p. 303).

Congar (2009) exprime que o termo *ruah* está presente no AT 378 vezes, no qual é uma realidade corpórea bem sutil, mais do que uma substância não corpórea; Moltmann (2010), por sua vez, afirma que o termo ocorre cerca de 380 vezes e se aplica a Deus como a força criadora e a graça vivificante.

Congar, Moltmann e Santana (2000, p. 14), dentre outros teólogos, concordam que “não se pode traduzir a noção contida em *ruah* por um único termo”. Como já havia sido dito

no dicionário Bíblico é preciso entender como o termo se situa em cada contexto, pois o mesmo apresenta uma variação de categorias. Entretanto, percebe-se que o sentido principal (núcleo) converge para o mesmo significado, ou seja, assemelha-se em todos os casos. No sentido de que *ruah* está sempre dando conotação de vida, movimento e que se molda dentro e fora do universo religioso da antiguidade (MCKENZIE, 2003).

Para uma melhor compreensão, pode-se verificar três eixos da ação do Espírito Santo no AT. A saber: *ruah* criacional, profética e a sapiencial. Aprofundando esta questão discorreremos sobre a compreensão específica de cada uma destas três concepções, fundamentando em teólogos que norteiam essa reflexão, permitindo-nos destacar o modo como o Espírito agia na tradição veterotestamentária.

A *ruah* criacional é uma verdadeira cosmogonia, é o próprio Deus em sua permanente ação criadora. Vejamos no relato da criação como se identifica essa presença divina denominada *ruah*: “[...] as trevas cobriam o abismo, e um sopro de Deus agitava a superfície das águas. Deus disse ‘Haja luz’, e houve luz. Deus viu que a luz era boa, e Deus separou a luz e as trevas” (Gn 1,1-4). De maneira direta cita-se: “um sopro de Deus”, logo, há uma presença divina na obra da criação.

Com efeito, pode-se dizer que “Gn 1, apresenta o Deus criador com três atributos fundamentais: o iniciador da criação, o ordenador ou arquiteto do cosmo e o vivificante do universo” (CODINA, 2010, p. 36). O rodapé da Bíblia de Jerusalém reforça a ideia de que a *ruah* sai de Deus, que cria de maneira ordenada pela força da palavra. A saber, “tudo vem à existência sob a ordem de Deus e tudo é criado segundo uma ordem crescente em dignidade” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2002, p. 33).

Os teólogos pesquisados concordam que o Sopro na obra da criação (a *ruah*) é um sopro vital e criativo de Deus. O Espírito é o ar que gera força para movimentar a respiração que traz a vida, ou seja, força que sustenta a existência. Força misteriosa através da qual Deus faz e age, opera e faz operar. O Espírito de Deus é a ação permanente em toda criação, santificação do homem e do universo.

Alguns autores como Moltmann, Congar, Cantalamessa, Santana e Codina falam de um proto-pentecostes criacional, isto é, o ato criador de Deus como um verdadeiro Pentecostes. De fato, o Espírito de Deus é o Criador, o Espírito que dá a vida, conforme a oração *Veni Criator Spiritus*.

Dando continuidade à reflexão, passemos a considerar a “*ruah* profética”, afinal, a obra divina está em constante operação na história da salvação. O Espírito Santo na história

tem sempre um caráter de movimento em respostas aos dramas do povo de Deus. Ele é potência salvífica na revelação veterotestamentária que atua na missão profética junto ao povo Eleito.

Diante dos desafios vividos pelo povo de Israel nos momentos de exílio e sofrimento, diante das decepções com seus líderes que se corrompiam por causa de alianças mundanas, e mesmo o povo que, por vezes, deixava-se enganar pelos falsos deuses, caindo na idolatria, Deus nunca os abandonou à própria sorte. Por isso, enviou os profetas, a fim de que convocassem à mudança de vida aqueles que estavam extraviados.

O profeta é o homem da Palavra e do Espírito, sobretudo no período do exílio e pós-exílio (SANTANA, 2000). Deus atuou através dos profetas para o bem do povo de Israel. Nas mais duras experiências do povo de Israel – como no Exílio da Babilônia – Deus se fez presentes levantando homens cheios do Espírito de profecia.

A experiência do exílio assinala um momento crucial não só no que diz respeito ao relacionamento entre o Espírito e o profeta ou a palavra profética. O fato de *ruah*, agora, mediante a aclaração e a superação de noções e formas de expressão tradicionais, adquirir contornos mais nítidos como ‘*ruah* Yahweh’ – de modo que pode tornar-se um órgão central da ação salvífica divina (WIEDENHOFER, 2002, p. 413 - 414).

A compreensão da expressão “*ruah* profético” começa a ficar mais clara na história da salvação dada a relação direta com a ação divina, isto é, Deus que fala por meio dos profetas. O Senhor faz deles verdadeiros instrumentos da comunicação divina, os envia para ao povo de Israel para alertar, converter e resgatar.

Evidencia-se o agir divino para comunicar sua intervenção na história que os levará à meta escatológica. A ação do Espírito acontece justamente na presença da palavra profética comunicada ao povo. Este acontecimento leva o profeta a uma experiência espiritual, no qual recai sobre eles o dom carismático, que o faz dizer aquilo que o Senhor lhe pede.

O último aspecto a ser tratado da ação do Espírito é a *ruah* sapiencial, descrito nos livros sapienciais (Jó, Provérbios, Eclesiastes, Eclesiástico ou Sirácida e Sabedoria). Estes escritos demonstram a estreita relação entre a Sabedoria e o Espírito e deste modo como a ação do Espírito inspira os seres humanos, de forma que isto traz harmonia à criação.

Pode-se definir a *ruah* sapiencial como: “a interioridade sapiencial do Espírito, o hóspede interior do coração humano” (CODINA, 2010, p. 42). Para tanto, é o agir do Espírito no homem que gera esta estreita relação entre a Sabedoria e o Espírito, de modo que, ambas agem de forma conjunta e espiritualmente em cada indivíduo, suscitando profetas e homens dotados de dons para conduzir o povo eleito.

Aprofundando a *ruah* sapiencial, entende-se que primeiro o Espírito divino entra no interior do homem para habitar nele e depois começa a falar (CANTALAMESSA, 2014). Ao passo que, o primeiro ato é essa manifestação da ação do Espírito no interior do homem, isto de forma carismática conforme relatos do AT; no segundo momento ocorre a exterioridade da ação, por meio da sabedoria e profecia. Assim, pela participação do homem nesta Sabedoria Divina, através da *Ruah*, se iluminam os corações do povo eleito.

Congar (2009, p.27) completa, “a Sabedoria procede de Deus, ela é como a sua ação em benefício de suas criaturas para as conduzir corretamente [...]. A função própria da Sabedoria é conduzir os homens de acordo com a vontade de Deus”. Seguir os preceitos divinos torna-se possível pela ação do próprio Espírito a conduzir o povo.

Assim, chamado por alguns de Espírito carismático (MCKENZIE, 2003, p.304), esta Sabedoria expressa o modo de ser da Terceira Pessoa da Trindade junto aos seres humanos. Deste modo, tal compreensão da *ruah* sapiencial revela também outra forma com a qual o Deus se manifesta a fim de salvar seu povo. Afirma o livro dos Provérbios sobre a Sabedoria criadora que estava junto a Javé desde a origem:

Eu estava junto dele, como mestre de obras. Eu era sua alegria todos os dias, e brincava o tempo todo em sua presença. Eu brincava com o mundo, sua terra, e me deliciava com a humanidade. Agora, meus filhos, me escutem: felizes aqueles que seguem meus caminhos. Obedeçam à disciplina, e vocês se tornarão sábios (Pr 8,30-33).

Esta *ruah* sapiencial é revelação de Deus que conduz a todos no caminho seguro da sabedoria que leva à salvação. Neste sentido, conclui-se que nos relatos do AT o Sopro de Deus (*ruah*) é a própria ação do Espírito Santo que caminha em harmonia com a humanidade – particularmente o povo de Israel – conforme relatado na Palavra de Deus.

Sua presença nestes textos veterotestamentários não é tão evidente porque não foi dada a plenitude da revelação (realizada em Jesus Cristo). Aliás, “Ele é o último na revelação das Pessoas da Santíssima Trindade” (CIC, n.684). Entretanto, o progresso do seu desvelamento é claro. O Sopro-Espírito está em ação na Trindade do princípio ao fim, desde a origem de todo ser que vive e que respira até seu fim último. Com efeito, Ele anuncia e prepara a vinda do Messias (CIC, n.702).

1.2 A relação entre Jesus Cristo e o Espírito: na vida pública

Nas diversas ações do Espírito Santo na História, pode-se reconhecer que Deus esteve presente desde o ato criador. Contudo, é pelo agir do Espírito que se chega ao conhecimento de Deus, pois, “a unidade do conhecimento e da revelação do Pai e do Filho é comunicada pelo Espírito Santo” (MULLER, 2010, p. 286).

De fato, o cumprimento de toda Revelação aconteceu na obra salvífica de Jesus Cristo, plenamente consumada em Pentecostes. Mas como vimos no tópico anterior, no AT o Espírito está em forma de potência salvífica, ao passo que, a ação divina revela-se pelo Espírito que se manifesta em todos os tempos. Assim, manifesta-se de modo singular no Novo Testamento (NT), de modo que, encontraremos vasta citação da atuação do Espírito Santo. Assunto que veremos neste segundo tópico.

Para compreender a ação do Espírito Santo no NT faz necessário ter presente que, em todo o neotestamentário encontram-se diversas visões acerca do Espírito Santo. Por isso que, não se pode falar de uma pneumatologia uniforme, mas de complementariedade entre as diferentes concepções. Entretanto, é unânime o fato de que “os evangelhos operam com a pneumatologia herdada do AT e judaísmo” (CONGAR, 2009, p. 33). Ou seja, a pneumatologia do AT e do judaísmo é chave de leitura para compreender a ação do Espírito Santo na vida de Jesus. Portanto, o ponto de partida para o desenvolvimento da pneumatologia neotestamentária é a própria experiência do povo de Deus na revelação veterotestamentária. Feito este caminho no primeiro tópico, agora veremos os desdobramentos do AT na vida pública de Jesus.

Toda a vida de Jesus Cristo desde a Encarnação, vida pública, Mistério Pascal, Ascensão, bem como Pentecostes “é inseparável de sua unção messiânica pelo Espírito” (CODINA, 2010, p. 47). O Espírito revela Jesus Cristo como Senhor e opera sempre que este ensina, cura, expulsa demônios, faz milagres, ora, permanece na presença dos pecadores. O Espírito está onde Jesus Cristo está, o Espírito é o Espírito de Cristo.

Como diz Muller (2010, p. 287), “a ação de Jesus pelo Espírito Santo não é outra coisa que uma ação do poder de Deus ou o pleno poder divino”; então, adentrar nos eventos da vida de Jesus Cristo é identificar a ação do Espírito no NT. A teofania do Jordão é o eixo central desta primeira reflexão sobre a relação entre Jesus e o Espírito. O ponto de partida nesta identificação da presença do Espírito que está junto a Jesus em sua missão pública:

[...] Fica esclarecido que foi exatamente com o Batismo e a unção de Jesus que teve início tudo aquilo que se tornou o conteúdo nuclear da pregação dos apóstolos. A unção de Jesus no Jordão marca o começo da obra pública do redentor, por isso esse acontecimento, vivamente presente na mente dos primeiros cristãos, tem um lugar primordial na história da salvação (SANTANA, 2000, p. 48).

O Batista profetiza e vê chegar aquele que é maior do que ele e após batizar Jesus, o Espírito Santo torna-se dom que prepara a obra de Cristo, de tal modo que todo seu agir (palavras e ações) será sempre uma manifestação do desígnio divino. Congar diz:

Ao ser batizado por João, Jesus é designado e consagrado como aquele por cuja palavra, sacrifício e ação o Espírito entra em nossa história como dom messiânico e, ao menos um ‘penhor’, como dom escatológico. [...] Antes dele, Jesus não aparece agindo na força do Espírito, e seus compatriotas de Nazaré não viam nele nada de excepcional (CONGAR, 2009, p. 32).

A vida pública de Jesus começa quando recebe o Espírito Santo através do seu Batismo no rio Jordão. Entretanto, esta premissa abre espaço para um antigo problema. Sendo o Senhor, o próprio Deus que participa da Trindade como pode então receber o Batismo? Afinal, tal ato pressupõe o recebimento do Espírito Santo? E antes, no momento da encarnação como se deu a presença do Espírito Santo em Jesus? Pensar que Jesus recebeu o Espírito somente no momento do Batismo incorreria em grave erro, como o caso da heresia adocionista¹.

Assim, vários autores ratificam a afirmação de são Máximo, o Confessor, da união hipostática² na encarnação. Segundo esta concepção é através da encarnação que ocorre a divinização “da natureza individual de Cristo” (CONGAR, 2009, p. 43). Em outras palavras, Cristo e o Espírito já estavam ali unidos desde a encarnação do Verbo, do ponto de vista ontológico, sob o perfil da economia. Para entender então a relevância do Batismo de Jesus por João nas águas do Jordão, Ives Congar diz:

Uma nova comunicação ou missão é feita no evento do Batismo, que constitui Jesus e, em todo caso, o declara Messias, como aquele sobre quem o Espírito repousa, aquele que agira pelo Espírito, aquele que, glorificado e feito Senhor, dará o Espírito, pois, se ele foi consagrado por ocasião do seu Batismo para seu ministério profético, é quando ele for ‘exaltado à direita de Deus’ que ele poderá retomar o Espírito (CONGAR, 2009, p. 33).

¹ Os cristãos adocionistas dos primeiros séculos professavam que Jesus nasceu totalmente humano, tornando-se o Cristo (Ungido pelo Espírito) no Batismo de João. Essa crença foi rejeitada veementemente pela ortodoxia cristã e eles foram declarados heréticos pela Igreja.

² A união hipostática é um termo que advém da filosofia, no qual foi absorvida pela cristologia e posteriormente tornando doutrina pelo Sagrado Magistério, para afirmar a dupla natureza de Cristo: a Divina e humana. Portanto, Jesus Cristo é Deus e homem simultaneamente. Definição dada no Concílio de Éfeso (3^o ecumênico), 22/set/431.

Muller (2015, p. 288) destaca que no evento do Jordão, em conformidade com os relatos do NT, manifesta-se o messianismo de Jesus que se dá no seu Batismo. Nesse evento, “torna-se claro que há uma unidade entre o Pai, o Filho messiânico e o Espírito de Deus, que tem sua origem e seu meio na vontade reveladora do Pai”. Nesta cena do Batismo revela-se a Trindade: o Pai comunica “Este é meu Filho amado” (Mt 3,17) e veio o Espírito “descendo como pomba” (Mt 3,16), consagrando Jesus e tornando pública sua missão.

Ficou esclarecido que não se tratou de um teatro da parte de Jesus o deixar-se batizar. O evento do Batismo foi a aceitação e inauguração de sua missão de Servo Sofredor. Tão pouco se tratou de um adocionismo ou algo do tipo, afinal, como dirá de maneira brilhante o Catecismo da Igreja Católica acerca desta manifestação do Espírito: “O Espírito que Jesus possui em plenitude desde sua concepção vem ‘repousar’ sobre Ele. Jesus será a fonte do Espírito para toda a humanidade” (CIC, n.536). Logo, Cristo passou por esse caminho para abrir a porta da vida aos seres humanos e todo aquele que segue seus passos passa pela mesma etapa e tem a vida nova.

Após seu Batismo no Jordão, Jesus agiu no Espírito, cumprindo o que estava no profeta Isaías: “O Espírito do Senhor Deus repousa sobre mim, porque Ele me ungiu. Enviou-me para levar a Boa-nova aos pobres, medicar os corações despedaçados [...]” (Is 61,1). Confirmando que a ação do Espírito Santo no NT aconteceu nos atos de toda sua vida pública, a começar do Batismo.

Deste modo, com seus gestos manifestou a terceira Pessoa da Santíssima Trindade e prometeu que, após sua Páscoa e Ressurreição, enviaria o Espírito Santo – o Paráclito – para assistir e acompanhar seus discípulos na missão.

Desenvolvendo esta teologia do agir do Espírito na vida pública de Jesus, Moltmann (2010, p. 76), reafirmará: “É impossível falar de Cristo, de sua pessoa e de sua ação, sem ao mesmo tempo falarmos de sua experiência de Deus e de sua experiência do Espírito de Deus”.

Hilberath (2002, p.420), por sua vez, fundamenta essa noção da relação entre a vida pública de Jesus e o Espírito no texto bíblico acerca do pecado contra o Espírito Santo (Cf. Mc 3,22), argumentando que comete este pecado aquele que nega a autoridade espiritual de Jesus. Para ele “o ‘pecado contra o Espírito Santo’ consiste, portanto, na rejeição da missão de Jesus e na negação de sua autoridade espiritual; quem nega blasfema contra o Espírito de Deus”.

Com relação a esta reflexão, é fato que se pode identificar a presença do Espírito Santo na vida pública de Jesus conforme vemos em diversos eventos dos relatos bíblicos onde se

evidenciam ações do ministério messiânico do Cristo. Santana (2000, p. 53) define os eventos da presença do Espírito Santo na vida pública de Jesus como a “tríplice unção de Jesus: régia, profética e sacerdotal”.

Congar (2009, p.23) segue a mesma linha e diz ainda que a “descida do Espírito [...] se apresenta como sua unção ao mesmo tempo régio e profética para o seu ministério messiânico”. Portanto, a nova presença do Espírito, bem como seu modo de agir é revelada por Jesus para os discípulos, aos judeus em geral e a toda pessoa como Dom, Consolador e Santificador.

Quanto a unção régia de Jesus Cristo, a passagem da tentação no deserto é o texto base para esta reflexão. Os Evangelhos Sinóticos tem em comum a ação do Espírito que envia Jesus ao deserto. A saber, nas três narrativas encontram-se as seguintes descrições: “Então Jesus foi levado pelo Espírito Santo ao deserto, para ser tentado pelo diabo” (Mt 4,1); “E logo o Espírito o impeliu para o deserto” (Mc 1,12); “Jesus, pleno do Espírito Santo, voltou do Jordão, era conduzido pelo Espírito no deserto durante quarenta dias, e tentado pelo diabo” (Lc 4,1-2).

Deste modo, fica claro nos três sinóticos que o Espírito conduziu Jesus no deserto – ali onde se coloca Jesus à prova –, é o Espírito Santo que o conduz para o combate contra o mal, com a finalidade ressignificar e restaurar todas as coisas tornando-se Ele mesmo “novo Adão”. Como afirmou Bento XVI:

Depois de ter recebido o batismo de João, Jesus entrou naquela solidão conduzido pelo próprio Espírito Santo, que tinha descido sobre Ele, consagrando-O e revelando-O como Filho de Deus. No deserto, lugar da provação, como mostra a experiência do povo de Israel, sobressai com profunda dramaticidade a realidade da kenosis, do esvaziamento de Cristo, que se despojou da forma de Deus (cf. Fl 2, 6-7) (BENTO XVI, *Angelus*, 2009).

Com isso, explica Santana, Jesus restabelece e inaugura a nova aliança e percorre o caminho feito pelo povo de Deus que outrora caminhava no deserto rumo a terra prometida, lugar onde fizeram a experiência de amor com Deus. Em Cristo se reestabelece a aliança e inaugura-se o tempo messiânico escatológico, cumprindo todas as promessas da efusão do Espírito de Deus, conforme cita Pedro: “passou fazendo o bem e curando a todos aqueles que haviam caído no poder do diabo” (At 10,38).

No relato de Jesus no deserto – sucessivamente ao Batismo (cf. Mc 1,12; Mt 4,1-11; Lc 4,1-13) – encontra-se um ponto central da ação do Espírito Santo nos primeiros atos da vida do Filho Amado. Jesus confirmará a ação do Espírito através das suas ações. Ele foi ao deserto impelido pelo Espírito, demonstrou ali como é possível ao homem esquivar-se do mal,

isto para libertar o homem de toda tentação do maligno, trazendo-lhe a esperança da salvação que procede da confiança no Espírito que capacita para a missão.

Ainda, Cantalamessa (2011, p.21) diz que, “na luta contra o demônio Jesus realiza a sua missão régia, enquanto abate o reino de Satanás e estabelece o reino de Deus”. A saber, mais tarde o próprio Jesus afirmou: “Se eu expulso os demônios com o Espírito de Deus, é porque chegou até vós o reinado de Deus” (Mt 12, 28).

Congar, também liga o Batismo com a tentação para dizer do papel da relação de Jesus e o Espírito: onde Está Jesus pode-se reconhecer a ação do Espírito na obra do Pai.

A ida ao Batismo de João na disposição de cumprir o desígnio de Deus, a nova descida do Espírito sobre ele, as palavras designando-o como Messias régio e Servo, até como “Filho bem-amado”, foram o momento decisivo que inaugurou a missão que ele devia realizar para nós. [...] A tentação está ligada ao Batismo e à declaração: “Tu és (Este é) o meu Filho bem-amado”. Pois, “Se tu és o Filho de Deus”, disse por duas vezes o Tentador. [...] Todavia, o desfecho vitorioso foi decisivo: Satanás fica amarrado, Jesus o expulsará constantemente, e isso através do “dedo” ou Espírito de Deus (CONGAR, 2009, p. 37).

Vale destacar ainda que o confronto de Jesus com o maligno também ocorreu diversas outras vezes, como se vê em outros textos dos Evangelhos. Mas, ungido pelo Espírito Jesus sempre derrota o tentador que almeja ofuscar a realização dos desígnios do Pai.

Quanto à moção profética de Jesus, começa com a unção messiânica e desenvolve-se ao evangelizar os pobres, realizando milagres, curas e anunciando a Boa Nova. Codina cita o texto em que Jesus estava na Sinagoga e diante de toda a assembleia reunida lê o profeta Isaías: “o Espírito do Senhor está sobre mim” (Lc 4,18), e ainda, “hoje se cumpriu esta profecia que acabaste de ouvir” (Lc 4,21).

Congar (2009, p.35) afirma que no ato desta declaração pública na Sinagoga “o próprio Jesus toma plenamente consciência de ser aquele que o Pai consagrou e enviou ao mundo”, inaugura-se deste modo o messianismo de Jesus com características de profeta, rei e servo.

Segundo Codina (2010, p. 47), neste contexto vê-se o próprio Senhor “reconhecendo que é movido pelo Espírito profético para realizar sua missão”. Acrescenta Santana (2000, p. 55), percebe-se então a “natureza carismática da sua missão e, por conseguinte, sua autoridade carismática”. A saber:

Como um profeta carismático, Jesus desempenha seu ministério público pleno de criatividade pneumática. Como fruto de sua unção messiânica e enriquecido com a *dynamis*, salvífica de Deus, Jesus realiza a missão libertadora para a qual foi enviado. Nesse sentido, o próprio *Pneûma* torna-se o *locus* e o âmbito do ‘ser-criativo’ de Deus. Assim é que Jesus emerge como o “Filho amado” que, no impulso do Espírito, lança-se totalmente à obediência da vontade do Pai e à entrega pela causa do reino (SANTANA, 2000, p.56).

Entregue à essa causa do Reino Jesus deixa-se conduzir pelo Espírito que o impulsiona a agir junto do povo em nome de Deus. Revela-se assim a chegada do Reino e um tempo novo. “Certa vez, tendo sido interrogado pelos fariseus sobre quando viria o Reino de Deus, Jesus respondeu: O Reino de Deus não vem de modo visível, nem se dirá: 'Aqui está ele', ou 'Lá está'; porque o Reino de Deus está no meio de vocês” (Lc 17,20-21).

Além disso, nesse Reino de Deus anunciado por Jesus, Ele mesmo exerce a função de pontífice entre Deus e os homens (cf. Hb 5,1-3). E essa é a terceira dimensão deste tríplice múnus do Cristo: a unção sacerdotal. Esta adentra no mistério da oração de Jesus revelando sua intimidade com o Pai, ou seja, sua singular filiação. Jesus pede ao Pai, tem necessidade de estar na presença do Pai, ou seja, vive em comunhão. Conforme texto base para a reflexão:

Naquela ocasião, com o júbilo do Espírito Santo, disse: - te dou graças, Pai, Senhor do céu e da terra! Porque, ocultando essas coisas aos entendidos, tu as revelaste aos ignorantes. Sim, Pai, essa foi a tua escolha. Tudo me foi entregue por meu Pai. Ninguém conhece que é o Filho, a não ser o Pai, e quem é o Pai, a não ser o Filho e aquele a quem o Filho decida revelá-lo (Lc 10,21-23).

Identifica-se então a ação do Espírito Santo que participa da tomada de consciência de Jesus, que confessou o Pai (*Abba!* Pai!) com toda sua vida pela presença do Espírito. E, ainda mais, foi o Espírito quem posteriormente o manifestou a todos – cumprindo a palavra de Jesus que disse: “quando o Espírito da verdade vier, Ele vos guiará a toda a verdade” (Jo 16,13).

Neste sentido, conforme diz Santana (2000, p. 57-58), “a ação do Espírito Santo resplandece em toda a vida de Jesus e no arco do seu ministério público”, de modo que “a sua passagem no mundo deixa um sulco fecundo, para que ‘todos aqueles que O receberam’ tenham o poder de ‘se tornarem filhos de Deus’”. Todo mistério da vida de Jesus é perpassada pela ação operante do Espírito Santo que também foi prometido aos seus discípulos.

1.3 A comunidade cristã primitiva movida pela presença do Espírito Santo

Vimos que toda a atividade de Jesus Cristo foi movida pelo Espírito Santo; Ele agiu através da sua natureza humana “por inspiração e sobre o impulso do Espírito Santo” (MARÍN, 2017, p. 70), tendo em vista a obra redentora da humanidade. Com efeito, cada qual tem sua missão, mas ambos buscam realizar a obra da salvação.

“O Cristo/Filho e o Espírito trabalham juntos. Objetos de duas ‘missões’, fazem a mesma obra. Mas o próprio Cristo a opera porque, glorificado, é penetrado pelo Espírito” (CONGAR, 1986, p. 44). Em sua ação no mundo Jesus ensinou aos homens que Ele mesmo é “a Verdade, o Caminho e a Vida” (Jo 14,6).

Contudo, tendo voltado para o Pai, garantiu que enviaria aos seus o Consolador, o Paráclito, a fim de que se realizasse sua promessa: “o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará todas as coisas, e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito” (Jo 14,26).

Deste modo, o Espírito que operava em Jesus seria dado aos seus discípulos, de tal modo que sua obra fosse continuada no tempo da Igreja. Jesus e o Espírito revelam à humanidade a força que vem do alto, a capacidade do ser humano de viver o desígnio divino que outrora fora corrompido pelo pecado. Entende-se que Jesus Cristo, ao passar por este mundo vivendo entre os homens, recapitulou e restaurou a antiga aliança corrompida pelo pecado, formando o homem novo.

À vista disto, estabelecendo o vínculo da nova aliança, o mesmo Espírito que movia Jesus foi derramado sob os apóstolos para a obra da salvação.

Assim, a raiz para o agir do Espírito nas comunidades cristãs pós-pascais foi devido a dois grandes acontecimentos: a Ressurreição e o Pentecostes. Segundo Congar, se o Espírito Santo é o consumidor da auto-revelação e comunicação, no ápice da missão redentora de Jesus Cristo, Ele participa da condição gloriosa, ou seja, na ressurreição. Sendo assim, Ele se une a natureza humana e divina na forma “glorie”, no qual é princípio de uma transformação pneumática de Jesus Cristo.

Os principais teólogos pneumáticos, como Congar e Heribert, que participaram da formulação do recente magistério, concordam com essa ideia da participação do Espírito nesse processo de transformação da condição de vida terrena – do nascer até a morte – à ação de assumir a condição gloriosa do Senhor.

Santana (2000, p. 62) diz que: “após a ressurreição, a humanidade glorificada de Jesus passa a ser o veículo da comunicação do Espírito para todo o universo”. Segundo Congar (1986, p.11), “com a ressurreição de Jesus e o Pentecostes, o princípio de uma nova ordem, o germe do Absoluto futuro entraram no mundo e já estão em ação”.

A doutrina católica define que pela ressurreição Jesus é legitimado por Deus, o Pai, com o selo do Espírito (LG, n.7), o que demonstra a unidade da ação trinitária no fato de sua Ressurreição. E o verbete de Teologia bíblica complementa e vai além, dizendo que Jesus

dispõe do Espírito Santo e “faz à Igreja o dom do seu Espírito” (DUFOR, 2005, p. 302), mostrando a consumação de sua obra como doação/envio do Paráclito aos seus discípulos.

Deste modo, as pesquisas recentes indicam que, no pós-ressurreição que os discípulos alcançaram maior consciência a respeito da ação do Espírito em Jesus, esse conhecimento ficou evidente em Pentecostes, no qual eles fizeram a experiência específica com o Consolador. Assim, tomaram plena consciência desta verdade: “Jesus é o Senhor”. Culmina então no Pentecostes a autorrevelação da Trindade, e se chega então à plenitude da revelação.

Para demonstrar a afirmação acima, podemos perceber o limite de compreensão dos discípulos de Jesus a respeito dos planos de Deus. Codina diz que, no último encontro do Ressuscitado com os seus, em Atos 1,6-8, os Apóstolos esperavam uma restauração imediata do Reino de Israel, pois, no dia da Ascensão do Senhor perguntaram acerca desta restauração. Todavia, Jesus anuncia e relembra mais uma vez que a promessa do Espírito Santo será presença ativa no meio deles. Chegado este dia, em Pentecostes, os discípulos de Jesus devem viver neste mundo como peregrinos, enquanto aguardam uma realização futura, escatológica.

Vimos que o Pai pelo Filho consuma a salvação do homem por meio da ressurreição, obra realizada pela força do Espírito Santo. Por sua vez, o Filho, como prometido aos discípulos, envia o Espírito Santo. No dia de Pentecostes, o qual teve como fruto o nascimento da Igreja, os apóstolos receberam o Espírito para darem continuidade à missão do Senhor.

Os apóstolos esperavam que Jesus ressuscitado fosse inaugurar o Reino de Deus como uma restauração da glória do reino de Davi (At 1,6), mas Jesus, no momento do adeus definitivo, diz-lhes que não, vai haver tal restauração, e sim uma presença ativa do Espírito, um Batismo com o Espírito Santo (At 1,4), que os tornará capazes de ser suas testemunhas em todo o mundo (At 1,8; cf. Lc 24,49; At 2, 33-39; Gl 3, 14.22; 4,6; Ef 1,13; Jo 1,33) (CODINA, 2010, p. 49).

Santana, ao tratar da teologia lucana, relembra que “a efusão pneumática, objeto da promessa de *Iahweh*, segundo Jl 3,1-5, é destinada a todos aos povos, tendo, por conseguinte, uma extensão universal”, e que “o Espírito Santo derramado em Pentecostes é um Espírito Pascal, é sopro do Ressuscitado” (SANTANA, 2000, p. 65).

Para além dessa compreensão do dom do Espírito enquanto sopro do Ressuscitado que atua em cada cristão, Codina (2010, p.51) recorda que “até a Ressurreição o Espírito do Pai agiu com Jesus Cristo, agora é o Espírito do Cristo que age na Igreja, Corpo místico. Ele continua levando adiante a obra e a missão de Jesus”.

Assim, a ressurreição marca a passagem de um tempo, agora é o Espírito de Jesus que entra em ação na história, comunicando a obra da salvação até a Parusia.

Ao passo que, a presença e a ação do Espírito Santo na vida das primeiras comunidades tiveram como origem a experiência dos Apóstolos no Pentecostes em Jerusalém, a partir deste evento é inaugurada uma nova era, a do tempo escatológico. Codina (2010, p.59), esclarece: “Com o Espírito que desce sobre os apóstolos chegaram os últimos dias que os profetas anunciaram (Jr 31; Jl 3; etc.), a história já chegou a seu fim, já começa a escatologia”. Na Efusão do Espírito Santo se cumpre a promessa de Jesus e se reforça que a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade permanecerá com toda a Igreja até o fim dos tempos.

Em outras palavras, “a unção que capacitou Jesus ao seu ministério messiânico (cf. At 10, 37-38) é a mesma recebida pela Igreja, por ocasião de Pentecostes, quando foi “batizada no Espírito Santo”, segundo a promessa do próprio Senhor” (SANTANA, 2000, p.65-66). Esta premissa relembra a célebre frase de Irineu Lião (2014, n. 24,1): “Onde está o Espírito de Deus ali está a Igreja e toda a graça”.

Foi assim com os discípulos; eles foram atraídos por Jesus, viveram com o Senhor e em Pentecostes receberam o Espírito Santo, no qual agiram no mundo como outros “Cristos” na unção do Espírito Santo (cf. At 1,6-8). Como atestam os Atos dos Apóstolos, os primeiros cristãos formavam comunidades repletas da presença do Espírito.

O livro dos Atos dos Apóstolos, que poderia muito bem ser chamado de Atos do Espírito Santo, demonstra claramente a realidade desta presença do Paráclito na vida da Igreja primitiva. Os primeiros cristãos possuíam a consciência da ação do Espírito de Jesus no seio da comunidade (SANTANA, 2000).

Além de Pentecostes, outros momentos marcaram a presença e ação do Espírito em Atos dos Apóstolos. Um deles foi, quando Pedro e João oraram diante do conselho e de forma miraculosa, o Espírito entra em ação com um sinal cósmico: “Ao terminar a súplica, o lugar onde estavam reunidos tremeu, eles se encheram do Espírito Santo e anunciavam a mensagem de Deus com ousadia” (At 4,31). Deus opera através de Pedro, em nome de Jesus, na força do Espírito Santo e, é por meio da Palavra proferida que acontece a ação do Espírito no meio deles. Santana (2000, p.67) diz que, “o Espírito passa a exercer uma função mistagógica, na medida que introduz a Igreja e cada crente na experiência da revelação de Deus”.

Outro fato marcante, que confirma a contínua ação do Espírito Santo, foi quando na casa de Cornélio ocorre um outro “Pentecostes”, ou seja, a efusão do Espírito Santo sobre aqueles que ouviram a palavra proclamada. Como narra o texto bíblico: “Pedro não acabara de falar, quando o Espírito Santo desceu sobre todos os ouvintes” (At 10, 44). E continua o texto narrando a experiência semelhante ao que aconteceu com os Apóstolos em Atos 2,1-4:

Chegando o dia de Pentecoste, estavam todos reunidos num só lugar. De repente veio do céu um som, como de um vento muito forte, e encheu toda a casa na qual estavam assentados. E viram o que parecia línguas de fogo, que se separaram e pousaram sobre cada um deles. Todos ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito os capacitava.

A partir deste texto, Congar (2009) diz que é o Pentecostes para a Igreja o que o Batismo foi para Jesus, ou seja, pelo dom e pela graça do Espírito realizou-se a consagração para o ministério, a missão, o testemunho. Deste modo, cada cristão ungido pelo Espírito torna-se um outro Cristo no mundo pela força do Espírito.

Outros teólogos também concordam com a definição de Congar e Codina. Por exemplo, Cantalamessa vai além e define bem, quando diz que a Igreja formada em Pentecoste, no seio das primitivas comunidades, é um prolongamento do Espírito de Jesus, isto é, da sua graça. Nesta perspectiva os cristãos ao se encontrarem com Cristo eram também tocados por sua graça, de modo que após receberem o Batismo participavam da unção de Cristo. Ou seja, a comunidade primitiva compreendia que na ação do Espírito Santo era a própria ação do Cristo neles, ao passo que, não foi à toa que foram chamados de cristãos.

Para tanto, outro fato que marca este momento histórico é de que, parece-nos evidente que para a Igreja primitiva toda ação econômica do Espírito era obra da Trindade imanente. De fato, há toda uma compreensão da unidade e da inseparabilidade do agir do Pai, e do Filho e do Espírito Santo, junto à comunidade cristã, principalmente por meio do culto.

O Espírito permanece junto à comunidade dos discípulos de Jesus, contudo, age na unidade, aliás, exorta São Paulo: “Esforçai-vos para conservar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz” (Ef 4,3). Deste modo, desde a Igreja Primitiva se desenvolveu uma teologia trinitária que, posteriormente, ficará melhor explicitada pelos concílios que buscavam uma unidade da fé. Neste sentido, grande importância tiveram os Santos Padres que ao longo dos séculos contribuíram por meio de suas reflexões.

Os Padres da Igreja sempre tiveram grande sensibilidade Trinitária em seus escritos, seguindo a linha da Sagrada Escritura. Todos os seus textos dogmáticos, catequéticos e litúrgicos têm a marca da Trindade, percebendo que tudo é feito por Ela e Nela. O ponto base de apoio para eles é a profissão de fé ‘no Pai, no Filho e no Espírito Santo’, expressa no mandato de Jesus em Mt 28,19-20 (COSTA, 2015, p. 5).

Os Santos Padres entenderam que, de maneira mística-espiritual, desde o Batismo tornamo-nos partícipes da vida divina. Além do que, o agir do Espírito nos episódios da vida de Jesus, narrados nos Evangelhos, comunica o chamamento dos discípulos para participarem do seu próprio Corpo místico, colocando-os em relação com o Pai e o Espírito. É o que ensina

o Magistério: “Ao comunicar seu Espírito, Jesus fez de seus irmãos, chamados de todos os povos, misticamente os componentes de seu próprio Corpo” (CIC, n. 788).

Com efeito, Jesus comunica o Espírito Santos aos discípulos. Entretanto, pode-se afirmar que o Espírito Santo “é enviado pelo Pai e pelo Filho” (CONGAR, 1986, p.46), fazendo o homem partícipe da comunhão com a Trindade. Deste modo, a Terceira Pessoa da Trindade pode ser compreendida na perspectiva de que é aquele que gera a comunhão dos homens entre si e destes mesmos com Deus.

Deste modo, pode-se ter a certeza de que “a Igreja nasceu como fruto do Dom do Espírito em Pentecostes” (SANTANA, 2000, p. 67), para na história realizar a vontade de Deus. Isso é possível à Igreja pela força do Espírito que a ilumina, conduz, gera comunhão e santifica permanentemente.

Recapitulando, nas águas do Jordão Jesus recebe a unção do Espírito, em Pentecoste funda a Igreja; por sua vez, esta se reúne pelo Espírito, no nome de Jesus. Santana resume esta questão dizendo que em Pentecostes, pelo nome de Jesus Cristo, inaugurou-se a economia do Espírito Santo.

Em Pentecostes realiza-se a capacitação pelo Espírito para o cumprimento do mandado do Senhor “Ide e pregai o evangelho a toda criatura”, eis a missão cristã. Ser cristão é estar em movimento contínuo de anúncio da Boa Nova, e isto se torna possível porque é o Espírito que dá a vida. Que as primeiras comunidades estão convencidas da ação do Espírito Santo, já sabemos. Todavia, o mesmo mandato do Senhor continua válido, cada cristão é chamado abrir-se ao Espírito.

O modo de presença do Espírito, segundo Santana se dá: “como força, unificante e força de Expansão da Igreja” (SANTANA, 2000, p.66). Com efeito, reconhecemos que esse processo de expansão foi gradual, neste sentido “os Atos dos Apóstolos são um canto ao Espírito que faz nascer e expande a Igreja” (CODINA, 2010, p. 51).

Por fim, se no AT, segundo Congar o Espírito de Deus iluminou e moveu o povo de Israel, no NT, em Jesus o Espírito Santo passou a habitar em cada batizado. Portanto, é o Espírito Santo que forma o Corpo de Cristo, a comunidade cristã. Ele é a “alma da Igreja”, tema que será abordado no próximo capítulo. As comunidades cristãs, conscientes da presença do Paráclito, foram fortalecidas pela ação do mesmo Espírito Santo. Entretanto, este continua a agir no mundo e na Igreja até nossos tempos, de maneira diversificada, como sabemos por sua ação e presença em nosso meio.

2 O ESPÍRITO SANTO NA IGREJA: FUNDAMENTOS NOS ENSINAMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II

Tendo estudado no primeiro capítulo quais são as principais fundamentações sobre a presença e atuação do Espírito na Sagrada Escritura (AT, vida de Jesus e formação das primeiras comunidades), queremos agora passar a uma análise da ação do Espírito Santo nestes nossos tempos. Para isso, mencionaremos o redespertar da consciência eclesial sobre a Pessoa do Espírito no século XX. Para tanto, retomamos brevemente o ensinamento do Magistério dos Papas (Leão XIII, *Divinum Illud Munus*, 1897; e ainda, Pio XII, *Mystici Corporis*, 1943). E, por fim, adentramos nas questões próprias do Concílio Vaticano II.

Deste modo, daremos destaque à gradual retomada dos ensinamentos magisteriais acerca do Espírito Santo enquanto protagonista da vida da Igreja. No tópico 2.1 mostraremos como o Concílio Vaticano II desejava uma renovação que, de fato, ocorreu no decorrer do período em que aconteceu. Este movimento se deu certamente pela abertura dos Padres conciliares aos apelos do Espírito – aquele que “renova toda a face da terra” (Sl 104,30).

Demonstrando como aconteceu este processo de valorização do Espírito Santo no desenvolvimento do *aggiornamento*, como dizia São João XXIII, em relação aos seus anseios ao convocar este concílio, veremos como as transformações aconteceram em vários âmbitos da Igreja, tanto no caráter institucional (dimensão eclesiológica), quanto celebrativo (dimensão litúrgica).

Para melhor desenvolvermos a ideia apresentamos no tópico 2.2 “Igreja como comunhão: a presença do Espírito para uma adequada eclesiologia segundo a *Lumen Gentium*”, alguns conceitos fundamentais deste documento que apresenta a singularidade do Espírito na obra da redenção. Pois, “O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (cfr. 1 Cor. 3,16; 6,19), e dentro deles ora e dá testemunho da adoção de filhos” (LG, n.4).

Desenvolveremos também uma reflexão sobre as transformações em cunho litúrgico-celebrativo, isto é, seguindo a referência do tópico 2.3 “- Igreja como Sacramento do Espírito: compreensão renovada de liturgia segundo a *Sacrosanctum Concilium*”, veremos como o modo de compreender a presença do Espírito na Igreja implica também um modo de celebrar

(*lex orandi, lex credendi*). Para demonstrar tal ideia recorreremos à *SC* que insiste em vários aspectos acerca da Pessoa do Espírito, pois, como lemos:

O interesse pelo incremento e renovação da Liturgia é justamente considerado como um sinal dos desígnios providenciais de Deus sobre o nosso tempo, como uma passagem do Espírito Santo pela sua Igreja, e imprime uma nota distintiva à própria vida da Igreja, a todo o modo religioso de sentir e de agir do nosso tempo (*SC*, n. 43)

Parece-nos que ao refletir sobre o Espírito Santo no Vaticano II, em dimensão institucional e litúrgica, já nos preparamos para adentrar o terceiro capítulo que vai tratar do Espírito Santo em suas implicações na vida cristã, ou seja, no desenvolvimento de uma missão com dons, carismas e ministérios na Igreja.

2.1 A visão histórica com enfoque pneumatológico do Concílio Vaticano II

Para compreender a ação do Espírito Santo na perspectiva do Concílio Vaticano II, importa, primeiramente, realizar um resgate da história e da teologia, no que tange ao período moderno, de onde vem o reflorescimento da compreensão sobre a ação do Espírito na vida da Igreja.

Busca-se assim entender o percurso histórico da Igreja e a necessidade de uma renovação eclesial, segundo a vontade do Pai, por meio de Jesus Cristo, na ação do Espírito Santo. Bem como compreender também o anseio dos papas na modernidade de um novo e perene Pentecostes para a Igreja e o mundo.

Portanto, para aprofundar a pesquisa é preciso buscar entender o que se falou desde a Idade Média até a modernidade em relação à Pessoa e a ação do Espírito Santo. Esse resgate histórico permite-nos uma percepção mais acurada acerca da reviravolta do século XX.

A esse respeito é consensual entre os teólogos pneumatológicos como Congar, Moltmann e Mühlen que após o chamado ápice da controvérsia sobre a divindade do Espírito, em 381, no segundo Concílio de Constantinopla e a consolidação no Império Romano – marcado pela religião de massa – houve um total esquecimento do Espírito.

Por sua vez, Ratzinger (apud CANTALAMESSA, 1999, p. 12) afirma que, “durante largo tempo, o tema do “Espírito Santo” ocupou apenas um lugar modesto na teologia ocidental, [...]. Do Espírito Santo podia dizer que Ele era, na realidade, o Deus desconhecido”.

Entretanto, Cantalamessa (2014, p.282) prefere a ideia de que “nem tinham desaparecido os carismas da vida da Igreja, nem da sua teologia. [...] Se percorrer a história da Igreja, [...] nenhum dos carismas se perdeu completamente”. Sua posição se baseia na teologia mística, na vida dos santos, um verdadeiro testemunho da presença do Espírito a atuar na Igreja.

Mas, Mühlen (1980, p. 13) é enfático quando diz que a experiência no Espírito Santo no período da Idade Média não pode ser caracterizada como uma experiência da Igreja Universal, com a pretensão de se basear na experiência particular de alguns místicos do período. E alerta que, “isso faz com que muitos cristãos já não possam se identificar” com a estrutura de uma Igreja organizada durante séculos.

O que Mühlen e Cantalamessa concordam é quanto a essa constatação de que a organização da Igreja na Idade Média levou a experiência no Espírito para a esfera privada e pessoal. Algo problemático, afinal, a Pessoa do Espírito age em todos, não apenas em alguns poucos cristãos.

Congar fica no meio termo entre Mühlen e Cantalamessa, Ele reforça a ideia da presença do Espírito Santo sempre presente na vida eclesiástica da Igreja, também na Idade Média, ainda que distante da vida das comunidades cristãs.

Ao que parece, este tema adentra no sensível dilema da hierarquia (instituição) e carisma, questão já presente na Igreja anterior ao Vaticano II. Com efeito, “a Idade Média viu o Espírito Santo continuando a ‘inspirar’ os concílios, os doutores, as determinações canônicas maiores e até a eleição e a ação dos ministros do povo de Deus”. Entretanto, não há relatos de Sua ação na vida das pessoas e na experiência comunitária (CONGAR, 2009, p. 197).

O fato é que, olhando para a pneumatologia das primeiras comunidades, se entende que era como uma experiência comunitária, ou seja, eclesial, estando presente na totalidade da vida dos fiéis, portanto, nas relações sociais, nos atos litúrgicos e sacramentos. Em toda a vida cristã se constatava a ação do Espírito Santo, o qual sustentava e animava a comunidade. Ao passo que, como já foi citado acima, na Idade Média tal experiência ficou reservada para realidade institucional, eclesiástica, bem como aos Mosteiros (MÜHLEN, 1980; CANTALAMESSA, 2014).

No entanto, entre os séculos XI-XIII já havia na Igreja um clamor entre os leigos por uma volta às “origens, a uma Igreja pobre e simples, não clerical, fraterna e comunitária, que goze da liberdade do Espírito, que viva o Evangelho mais radicalmente, que antecipe a

escatologia” (CODINA, 2010, p. 173). O desejo de transformações espalhava-se por toda a Cristandade que ansiava uma experiência mais profunda com o sagrado.

Cada vez mais aumentavam os desafios para a Igreja, por exemplo, na modernidade, enquanto o poder temporal da Igreja estava em risco, em meio a temores de cismas que estivessem rondando a cristandade, fora do limiar da Igreja, “alvorece um mundo novo, com descobrimentos científicos e geográficos, renascimento humanístico, sentido da liberdade e da individualidade” (CODINA, 2010, p. 176).

Com o desenrolar da história, para responder a crise interna na Igreja, algumas tentativas de respostas foram se dando, por exemplo, a convocação de Concílios. No século XVI, com o avanço do Protestantismo, a Igreja viu-se em meio aos processos de Contrarreforma (oposição às proposições do protestantismo) e a Reforma Católica (revisões de aspectos doutrinários e pastorais do próprio catolicismo). Por meio do Concílio Tridentino, convocado por Paulo III, a Igreja propunha consideráveis revisões em respostas aos desafios de seu tempo.

Mais tarde, já no século XIX, haverá nova tentativa da Igreja em posicionar-se frente às interrogações internas e externas acerca de seus valores e doutrina. O Vaticano I, convocado por Pio IX (1869-1870), foi uma forma de reafirmar a autoridade da Igreja, especialmente do Sumo Pontífice, que na ocasião foi oficialmente proclamado como infalível. Todavia, estas respostas da Igreja acabaram provocando um efeito colateral, ou seja, o “fechamento da Igreja” em si mesma em relação aos acontecimentos no mundo, com a pretensão de proteger o que se julgava essencial para a fé católica.

Quanto ao Concílio Vaticano I, ele nunca terminou, deixando uma grande lacuna e frustrando os anseios do mundo católico em relação ao que se desejava para a Igreja, marcando o momento da ruptura nas “relações políticas-sociais e ético-culturais” (SOUZA, 2000, p.65). A Igreja não era capaz de ouvir o clamor dos fiéis no mundo católico, pois, sua hierarquia encontrava-se distante da vida do povo.

Como já mencionado, era tempo de profundas transformações no mundo, a Igreja estava saindo do *status quo*, ou seja, caminhava-se para uma flexibilização social e mudança de cultura, paradigmas. Portanto, mudava-se também a forma de enxergar a realidade da existência de cada homem, desenvolviam-se as ciências sociais, antropologia, psicologia, novas filosofias. Os pontífices se viam cada vez mais desafiados pelo avanço da modernidade (SOUZA, 3013).

A consequência deste esquecimento do Espírito levou a Igreja Católica a pagar um alto preço, contribuindo para o grande cisma³ e a proliferação do ateísmo (MÜHLEN, 1980). Ao não levar em conta a necessidade do desenvolvimento de uma pneumatologia durante séculos, de certa forma, extinguiu-se a percepção de uma necessária renovação eclesial.

Constata-se que “tanto a teologia católica tradicional como a reformada, não levou muito em conta o terceiro artigo de fé, a profissão de fé em Deus como Espírito Santo e por isso se pode e se deve falar de ‘um esquecimento do Espírito’” (MUHLEN, 1980, p. 12-13). O teólogo complementa que a consequência é de que “o próprio Deus se torna de repente uma interrogação. [...] Praticamente, vivemos muitas vezes como se Deus não existisse. Tornamo-nos ateístas práticos, no centro de nossa existência, em nosso coração” (MUHLEN, 1980, p. 13-14).

Deu-se assim lugar para a idolatria do eu e o esvaziamento do nós. Sobretudo, no iluminismo criticou-se tudo que vinha da religião. Portanto, no que diz respeito à doutrina católica, esta era posta em dúvida e por isso não se devia discutir ou mesmo estudar. Havia o intuito de tirar das relações sociais, do bem público tudo que fazia referência à religião e reduzir a fé para uma espécie de bem privado. Algo que deveria ser vivido individualmente, quase no “secreto”, a margem.

Ainda mais, não se tolerava a possibilidade e a ideia de Deus como “testemunha que vê tudo” e é indiferente; e o que é pior, quando em grande parte não se dá testemunho dEle por meio do testemunho concreto da fé no cotidiano (MÜHLEN, 1980). Mühlen, denuncia, apresenta o problema e demonstra as consequências desta lacuna deixada ao longo dos séculos em relação a experiência carismática e a doutrina do Espírito.

Não queremos dizer, absolutamente, que essa experiência tenha faltado na tradição que reinava até agora. Mas devemos reconhecer que ela estava sufocada sob o domínio de uma filosofia de criação, na qual Deus era visto primariamente como o Ser Supremo e Absoluto, como a causa primeira da criação, enquanto a presença de Deus entre nós e no meio de nós foi, sob determinado ponto de vista, empurrada para o segundo plano. Este é um fato histórico de graves consequências que só agora conseguimos perscrutar e que, certamente, é uma das causas do nascimento do ateísmo moderno (MÜHLEN, 1980, p. 29).

³ Expressão utilizada por Mühlen. O Grande Cisma pode referir-se a três momentos de grande cisão dentro do Cristianismo: O Grande Cisma do Oriente (1054) que se refere a excomunhão mútua entre o Papa e o Patriarca de Constantinopla, donde resultou a separação definitiva das Igreja Católica e Ortodoxa; O Grande Cisma do Ocidente (1378-1417), período durante o qual a Igreja Católica se cindiu em duas facções, uma fiel ao Papa de Roma, outra ao de Avignon. Por fim, considera também, o protesto de Lutero, no século XVI como um grande e doloroso cisma na cristandade. Chamado também de reforma protestante, pois havia pretensões de uma reforma radical dentro do cristianismo.

O desejo do surgimento de uma nova época na Igreja já estava no coração de muitos, embora que alguns eclesiásticos da alta hierárquica da Igreja não quisessem admitir. Todavia, isto foi inevitável, pois grande era a pressão do ambiente à própria Igreja.

Quando a Igreja se deu conta desta pressão, houve tentativas de respostas rápidas aos problemas agudos de ordem hierárquica, pastoral, moral e cismas. Mudanças aconteciam de todos os lados, as tentativas de respostas se arrastaram por vários séculos, o que tornou ainda mais graves os problemas da Igreja e sua relação com mundo. Não se pode negar que tentativas existiram, mas só veio acontecer algo efetivamente neste diálogo com o mundo na segunda metade do século XX.

A efetivação destes anseios realizou-se no Vaticano II, por meio da ação do Espírito Santo. Foi com João XXIII, no anúncio inesperado do Concílio Vaticano II, no qual se assinalou o “ser e o agir da Igreja que abre novas vias de testemunho e diálogo, alcançando nossos dias” (SOUZA, 2013, p. 64). Somente em meados do século XX, por meio do Concílio, a Igreja abriu-se à modernidade, entendendo mudanças históricas não como rivais, mas como desafios para o diálogo a serem compreendidos.

Considerado por muitos, inclusive pelos eclesiásticos, como o papa de transição, por sua idade avançada, não se esperava que João XXIII realizasse grandes transformações no mundo católico e na Igreja como todo. O que não foi o ocorrido. Graças a este grande reformador, a Igreja abriu-se às mudanças no Espírito.

Este tempo novo, que foi o Concílio Ecumênico Vaticano II, de abertura, sobretudo à ação do Espírito Santo na vida da cristã, mostrou novamente o vigor da Igreja. Ressoou novamente sua voz profética em meio aos problemas da humanidade. “Sempre que a Igreja como instituição se fossilizou ou foi perdendo vigor evangélico, o Espírito fez surgir, a partir da periferia, movimentos proféticos para renová-la” (CODINA, 2010, p. 168).

Papa João XXIII, no discurso de abertura dos trabalhos dos padres conciliares, reconhece que este grande Concílio Ecumênico é obra da Trindade, e sobretudo, da ação do Espírito Santo, como dom e graça celestial, portanto, agindo no hoje, como o fez ao logo da história, desde o primeiro Pentecostes.

No Pentecostes hoje, se vive uma nova efusão que é derramada: “uma irradiação de luz sobrenatural, uma grande suavidade nos olhos e no coração. E, ao mesmo tempo, um fervor, um grande fervor que se despertou, de repente, em todo o mundo” (JOÃO XXIII, 1962, p.2). Percebeu-se que tamanha transformação somente seria possível graças ao Espírito.

Ao que parece, essa irradiação de luz sobrenatural foi outrora desejada e pedida pelo Papa Leão XIII, quando este consagrou o século XX ao Espírito Santo. Como afirmou à época, suplicando a presença do Espírito: “apraz consagrar toda nossa obra, qualquer que tenha sido, ao Espírito Santo, que é vida e amor, para que fecunde [...], sobre a ação que Ele exerce na Igreja e nas almas graças ao dom de suas graças e carismas celestiais” (LEÃO XIII, n. 2). Em sua obra *Divinum Illud Munus*, de 1897, o Papa suplicou:

Convêm rogar e pedir ao Espírito Santo, cujo auxílio e proteção todos necessitamos em extremo. Somos pobres, débeis, atribulados, inclinados ao mal: então recorramos a Ele, fonte inesgotável de luz, de consolo e de graça. Sobretudo, devemos lhe pedir perdão dos pecados, que tão necessário nos é, posto que é o Espírito Santo como por dom de Deus (57), o qual se proclama expressamente na liturgia quando ao Espírito Santo lhe chama remissão de todos os pecados. [...] Devemos suplicar-lhe com confiança e constância para que diariamente nos ilustre mais e mais com sua luz e nos inflame com sua caridade, dispondo-nos assim pela fé e pelo amor a que trabalhemos com denodo para adquirir os prêmios eternos, posto que Ele é a garantia de nossa herança” (*DIM*, n.15).

Também mais tarde, outro Pontífice fez menção a este mesmo Espírito que sempre renovou a Igreja com um sopro de vida. Conforme disse o Papa Pio XII, na *Mystici Corporis Christi*, é o Espírito que vivifica o Corpo que é a Igreja. De fato, é preciso que a Igreja, Corpo de Cristo, sempre se deixe renovar pelo Espírito que dá a vida.

O Papa Pio XII recordou ainda que somos todos pedras vivas deste edifício espiritual que tem Cristo como Cabeça; citando a Sagrada Escritura, mais especificamente a Carta de Pedro, o pontífice afirma que somos verdadeiramente “templos do Espírito”. Assim expressa seu intuito com a Encíclica *Mystici Corporis*:

Desejamos dar um atestado da nossa gratidão nesta encíclica onde precisamente se trata das pedras vivas que, colocadas sobre a pedra angular que é Cristo, formam o templo santo, muito mais sublime que qualquer templo material, isto é, a morada de Deus no Espírito (cf. Ef 2, 21-22; 1 Pd 2, 5) (*MCC*, n.7).

Confirmando que a Igreja é corpo de Cristo e que, na ação do Espírito Santo é vivificada e renovada, o Papa quis novamente recordar à Igreja a necessidade de recorrer sempre ao Espírito. Ou seja, preparou a Igreja para aquilo que viria a ser um novo Pentecostes, manifestado nos dias do Concílio, O qual fez florescer na Igreja um novo ardor, trazendo vitalidade e recolocando a Igreja em um novo diálogo com o mundo.

Com efeito, sempre foi e sempre será obra do Espírito Santo a santificação e vivificação do Corpo-Igreja até que seja estabelecido o reino definitivo, na segunda vinda de Jesus Cristo. Assim sendo que, se os fiéis são o Corpo de Cristo e Cristo é o Cabeça da Igreja, o Espírito é a Alma desta mesma Igreja. (*DM*, n.20)

Cristo e o Espírito Santo operam simultaneamente na vida da Igreja e, por isso, é tão necessário que a Igreja viva do Espírito, para d'Ele receber os dons necessários para uma vida cristã plena, ainda mais em tempos de transformações e mudanças rápidas no campo da técnica, da ciência, da filosofia, antropologia, etc. “O divino Espírito de Cristo é a única fonte donde toda a energia sobrenatural na Igreja e nos membros” (MCC, n.85) é dada aos homens para que alcancem a vontade do divino Mestre. É o Espírito agindo no Corpo de Cristo, ou seja, em cada cristão, na vida da Igreja, que permitirá o diálogo e abertura ao mundo moderno em meio as suas diversas transformações.

Assim, para alcançar e responder os anseios da Igreja deste tempo, de abertura e diálogo com a modernidade, sobretudo no âmbito institucional fez-se necessária a presença do Espírito. Disto decorre uma renovação institucional, que deve acontecer por meio de uma atualização, que prepara o Corpo de Cristo para agir no mundo, segundo o homem perfeito.

Se outrora as transformações do mundo moderno geravam expectativas positivas, com o passar do tempo ocorreram diversas frustrações. A partir disto, a própria Igreja posicionou-se favorável ao diálogo, acreditando na possibilidade de oferecer um contributo à humanidade. A Igreja apostou no “*aggiornamento*” para levar o Cristo a humanidade, por meio do Espírito Santo. Esse passo dado nos anos conciliares produziu seus frutos, transformações *ad intra* e novas relações da Igreja com o mundo.

Promover a unidade é, efetivamente, algo que se harmoniza com a missão essencial da Igreja, pois ela é, em Cristo, como que o sacramento ou sinal e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano. Ela própria manifesta assim ao mundo que a verdadeira união social externa flui da união dos espíritos e corações, daquela fê e caridade em que indissolivelmente se funda, no Espírito Santo, a sua própria unidade (GS, n. 42).

Para isso entendeu-se então a necessidade de coragem e ousadia na fê, rompimento com as estruturas cômodas de tal modo que se fez necessário um “*aggiornamento*”, na ação do Espírito Santo, para assim dar frutos concretos na vida cristã. Esta compreensão foi tida pelo Papa João XXIII desde a primeira fase do Concílio.

Portanto, São João XXIII, ao explicar a origem e a causa do Concílio Vaticano II, intuiu como tema chave para a Igreja a necessidade de estabelecer um diálogo com o mundo moderno. Neste sentido, pode-se dizer que:

O *aggiornamento* para adequar a Igreja aos tempos atuais não deveria significar a mera adaptação a relações mutáveis, mas sim abertura ao mundo moderno. O *aggiornamento* da Igreja, que era o objetivo do Concílio, não se verificou através da ruptura com a tradição, nem com a adaptação a um ambiente transformado; deu-se sobretudo de um *aggiornamento* que entrelaçou as tradições mais antigas, em parte esquecidas, com o tempo presente (HELMULT, 2015, p. 99-100).

Deste modo, o Concílio Vaticano II foi provocando mudanças na autocompreensão da Igreja em relação a si mesma, ou seja, revendo sua própria concepção eclesiológica, passando, desde então, a ser compreendida como sacramento de comunhão (cf. *LG*); algo que por sua vez impactou sua missão no mundo (cf. *GS*), e seu modo como de celebrar (cf. *SC*) o que crê e anuncia.

2.2 Igreja como comunhão: a presença do Espírito para uma adequada eclesiologia segundo a *Lumen Gentium*

O Espírito Santo é elo de amor entre o Pai e o Filho, gerador de comunhão. Para tanto, na Igreja o povo é congregação na unidade da Trindade. Deus em sua autocomunicação com o homem pela ação do Espírito Santo gera comunhão entre Deus e a Igreja. Ainda mais, na ação do Espírito Santo na vida da Igreja é Deus mesmo se dando. É, portanto, sopro vital na vida cristã e missão da Igreja, até a consumação da plenitude dos tempos (cf. LORENZEN, 2004; HILÁRIO, 2014). Esta comunhão entre Deus e a Igreja é análoga à comunhão divina.

A comunhão dos cristãos com Jesus tem por modelo, fonte e meta a mesma comunhão do Filho com o Pai no dom do Espírito Santo: Unidos ao Filho no vínculo amoroso do Espírito, os cristãos estão unidos ao Pai. [...] Da comunhão dos cristãos com Cristo brota a comunhão dos cristãos entre si (*CL*, n. 18).

Congar (2005, p.18) define que a função do Espírito Santo na economia divina é de ser “unificador, santificador, catalizador e apostolicizador da Igreja, sendo, de fato, a realização da promessa de Deus na Igreja”. Além do mais, a Igreja como realidade do Corpo místico de Cristo, cresce, tem vida, tem dinamismo e incessantemente se renova na ação do Espírito, na história. Essa renovação tende a levar a Igreja à consumação por meio do Espírito Santo, conforme aponta *LG*:

Aos que acreditam em Cristo quis convocá-los na Santa Igreja, a qual, já prefigurada desde a origem do mundo [...], e instituída ‘nos últimos tempos’, foi manifestada pela efusão do Espírito, e será consumada em glória no fim dos séculos. Então, como se lê nos santos Padres, todos os justos, a começar por Adão, ‘desde o justo Abel até ao último eleito’, serão congregados na Igreja universal junto do Pai (*LG*, n. 2).

A Igreja, manifestada pela efusão do Espírito Santo, crescerá como comunhão na qual pela multiplicidade de dons Deus age no mundo. Em diversas intervenções, ao longo do Vaticano II, os padres conciliares salientaram a dimensão pneumática da Igreja, relacionada à

eclesiologia de comunhão, outra ideia conciliar central (*DeV*, n. 26). Ou seja, a Igreja movida pelo Espírito é vista como um luzeiro de comunhão para a humanidade (*LG*, n.2).

Aquele Espírito que desde a eternidade vincula a única e indivisa Trindade, aquele Espírito que ‘na plenitude do tempo’ (Gl 4,4) une indissolavelmente a carne humana ao Filho de Deus, esse mesmo e idêntico Espírito torna-se, ao longo das gerações cristãs, a fonte ininterrupta e inesgotável da comunhão na Igreja e da Igreja (*LC*, n. 19).

Para tanto, sendo o *Parákleto*, luz e guia da Igreja de Deus, Ele a dirige, gera comunhão e distribui dons hierárquicos e carismáticos. Portanto, “é o Espírito Santo quem faz a Igreja acontecer” (MANZATTO, 2013, p. 92). Estabelece harmonia e complementaridade entre instituição e carisma. Pois para além da Instituição (supervalorizada até o Vaticano II), a Igreja é, também, carismática, e se manifesta assim no mundo, em vista do reino definitivo (BOFF, 1982). O Vaticano II destaca essa dupla realidade (institucional e carismática):

O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo e dentro deles ora e dá testemunho da adoção de filhos. A Igreja, que Ele conduz à verdade total e unifica na comunhão e no ministério, enriquece-a Ele e guia-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos e adorna-a com os seus frutos (*LG*, n.4).

Além disso, o Concílio evidencia a participação do leigo na vida da Igreja-comunhão e sua ação carismática em vista do Reino. Os dons do Espírito são derramados na Igreja, os quais operam por meio da instituição, na figura das autoridades eclesiais, para administração dos sacramentos e no governo. Ao passo que, o mesmo Espírito derrama em cada batizado graças especiais a fim de que colaborem na renovação da Igreja e seu anúncio pelo mundo.

O mesmo Espírito Santo não se limita a santificar e a dirigir o povo de Deus por meio dos sacramentos e dos ministérios, e a orná-lo com virtudes, mas também, nos fiéis de todas as classes, ‘distribui individualmente e a cada um, como lhe apraz’, os seus dons (1 Cor 12,11), e as graças especiais, que os tornam aptos e disponíveis para assumir os diversos cargos e ofícios úteis à renovação e maior incremento da Igreja (*LG*, n. 12).

Juntas, as dimensões institucional e carismática, formam a comunidade fraterna dos filhos de Deus (*communio*), até o dia escatológico, onde todo o corpo de Cristo, quer Igreja celeste, peregrina e padecente congregarão em comunhão em torno do seu Senhor. Para isso, o Espírito suscita em cada realidade, para cada momento da vida cristã, a diversidade dos carismas.

Com isso, busca o Magistério responder a lacuna deixada ao longo dos séculos da relação entre o Espírito e Igreja na teologia. O Magistério ratifica o papel do Espírito que santifica a Igreja, que dá acesso ao Pai, por meio do Filho, num só copo. O Espírito prepara os

crentes unidos a uma só Igreja para “Novos Céus e para a Nova Terra” (LG, n. 4). Pois o Espírito e a Esposa dizem ao Senhor Jesus: “Vem” (Ap 22, 17). Portanto, no recente Magistério “a oposição entre carismas e instituição hoje está abandonada” (CONGAR, 2005, p. 25). Pela força do Espírito entendeu-se que também a dimensão institucional deve ser renovada pela graça dos carismas.

Não é à toa que, quando os padres conciliares trataram sobre *De Ecclesiae*, eles a qualificaram como dogmática (ALBERIGO, 1995), tendo em vista, a dimensão de Corpo de Cristo como um organismo articulado. Neste sentido, a Igreja em sua autocompreensão carismática foi “exaltando a sua variedade de aspectos e de membros [...], no qual, com Cristo e por obra do Espírito Santo, todos os membros da Igreja participam, na fé, do sacerdócio comum” (ALBERIGO, 1995, p. 431). Como ensina o Decreto *Apostolica Actuositatem*, os leigos têm um papel fundamental na evangelização, enriquecem a Igreja com sua vocação, com seus dons e carismas.

Há na Igreja diversidade de ministérios e dons, mas unidade de missão. Cristo conferiu aos apóstolos e aos seus sucessores o múnus de ensinar, de santificar e de governar em seu nome e com o seu poder. Mas os leigos, tornados participantes do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, realizam na Igreja e no mundo a parte que lhes cabe na missão do povo de Deus. Efetivamente, exercem a sua atividade apostólica para a evangelização e santificação dos homens e para animarem e aperfeiçoarem com o espírito evangélico a ordem das coisas temporais, de tal modo que sua ação neste campo de testemunho de Cristo e sirva para a salvação dos homens (AA, n.2).

Ao ser habitada pelo Espírito, a Igreja revela a face de Cristo Ressuscitado e torna-se comunhão entre a humanidade inteira. O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (cf. 1 Cor. 3,16; 6,19), e com a força divina dentro deles dá testemunho da adoção de filhos (cf. Gál. 4,6; Rom. 8, 15-16. 26).

Neste sentido afirma o recente Magistério, que a Igreja é sacramento em Cristo, isto é, sinal e instrumento, de comunhão entre a humanidade toda (LG, n. 1). “Constituindo-a como realidade eficiente de salvação (acontecimento de graça) e como sacramento eficaz para conseguir essa salvação” (ARCE; SADA, 1992, p. 189).

Neste sentido, Cantalamessa (2014, p. 213) ao explicar a eclesiologia do Vaticano II diz que: a união íntima de Cristo e a Igreja acontece por meio do Espírito, que como já vimos, é dom e amor, portanto, “a própria comunhão é sinal e reflexo do amor”. Dessa comunhão de amor trinitário decorre a unidade e comunhão da Igreja.

Se a Igreja é chamada a viver em comunhão, sendo um testemunho para o mundo, é preciso que se deixe conduzir pelo Espírito. Além do mais, o Espírito – Amor é o único capaz

de gerar harmonia entre a instituição e os carismas na Igreja, bem como sua relação com o mundo (*DeV*, n.10).

É o Espírito quem anima e assiste a Igreja desde sua gênese até o completar do reino Escatológico definitivo, de modo que na comunhão plena haverá uma só Igreja reunida, congregada em torno do trono de Deus.

Como bem explica Congar (2005), a Igreja é feita pela ação do Espírito, Ele é o seu co-instituinte. Assim, reforçando a posição do Magistério, citado acima, da ação poderosa do Espírito decorre a possibilidade de uma Igreja como povo de Deus em comunhão. Este povo recebe da Trindade sua unidade, ou seja, de Deus decorre o princípio de comunhão, de catolicidade, de apostolicidade e de santidade.

Em uma de suas catequese sobre o Espírito Santo, São João Paulo II (2003) aprofundou a questão da comunhão trinitária. Citando Tomás de Aquino, afirmou que o princípio da comunhão trinitária está precisamente na relação do que ele entende como: o Pai sendo o poder, o Filho a verdade e o Espírito o amor.

O poder, a verdade e o amor estão entrelaçados. Assim, Cantalamessa (2014, p.220) concorda com Tomás e apresenta que o desejo do Pai e do Filho é que nos mantenhamos unidos uns aos outros e a Si, pelos laços do Espírito Santo que é o amor. Ao passo que, “este princípio nos permite passarmos da contemplação do Espírito-amor na Trindade ao mesmo Espírito-amor na Igreja”.

Moltmann (2002, p.102), por sua vez, expõe sua definição de Igreja-comunhão como comunhão de Deus e o homem no Espírito. Seguindo a lógica paulina, para ele “a Igreja de Cristo é uma comunhão de pessoas livres e iguais” (cf. Gl 3,28s.), que vivem uns pelos outros e uns para com os outros, e que “conjuntamente servem ao Reino de Deus no mundo com a pluralidade carismática de seus dons e suas profissões, na unidade do Espírito Santo”.

Ademais, a Igreja tem “dois princípios constituintes: Cristo e o Espírito, as duas mãos do Pai, as duas missões trinitárias” (CODINA, 2010, p. 91). Assim, sendo membro do Cristo que é a Cabeça da Igreja, temos também neste Corpo a presença do Espírito que o vivifica, de modo que podemos atuar no mundo como enviados do Pai, no Filho, pela força do Espírito.

De fato, o Cristo “deu-nos do seu Espírito e sendo um e o mesmo na cabeça e nos membros, unifica e move o corpo inteiro” (*LG*, n.8). Dando-nos a compreensão da única realidade complexa, formada por dois elementos: humano e divino (*LG*, n. 8), a Igreja – formada de muitos membros – é conduzida por um mesmo Espírito.

Deste modo, ser conduzido pelo Espírito implica uma vida de fé que se desdobra em atos, mais especificamente a caridade. Como disse o Senhor: “nisto saberão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros” (Jo 13,35).

Portanto, Jesus Ressuscitado envia o Espírito Santo em Pentecostes, que gera a Igreja e a faz comunhão e sacramento de amor em vista do Reino definitivo. “Assim, a Igreja universal aparece como o povo congregado na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (LG, n. 4). Este povo é chamado a dar testemunho da vida nova no Espírito, a ser luz no mundo como um reflexo de Jesus Cristo, a luz dos povos.

Sendo assim, a Igreja será verdadeiramente um sinal escatológico no mundo, manifestando-se pela graça de Deus como “Igreja-comunhão, o povo ‘novo’, o povo ‘messiânico’, constituído por Cristo numa comunhão de vida, de caridade e de verdade, que une os membros do novo povo entre si, por meio do Espírito Santo” (LG, n. 19).

2.3 Igreja como Sacramento do Espírito: compreensão renovada de liturgia segundo a *Sacrosanctum Concilium*

Para entender a liturgia em perspectiva pneumática, conforme se pressupõem a partir da renovação eclesial derivada do Concílio Ecumênico Vaticano II, mais particularmente na Constituição Dogmática SC, faz necessário um breve histórico de como gradualmente a Igreja percebeu a necessidade de mudanças no campo litúrgico.

Com efeito, durante muito tempo a questão litúrgica não era tida como saber ligado à vida cristã, na verdade, restringia-se mais ao campo das normas, do direito canônico. Essa rigidez é mais aguda após o Concílio de Trento, no qual se arrastou ao longo dos séculos e foi ficando insustentável na vida litúrgica nos tempos do Vaticano II.

A vida litúrgica [anterior ao Concílio] na Igreja cumpria determinações canônicas e ritualistas muito rígidas, em consequência dos confrontos doutrinários com movimentos cristãos contrapostos que ocorrem na Igreja. Depois do Concílio de Trento, as preocupações com os ritos, sua precisão e detalhes tornaram-se preponderantes nas celebrações, particularmente os sacramentos (BOGAZ, 2014, p.21).

A problemática central era que “os fiéis tinham se tornado ‘espectadores mudos’ da missa, em vez de participantes ativos na ação litúrgica” (MALLEY, 2014, p.144). Com a

exagerada ritualidade e o rigor das rubricas ocorre que se sufocavam a espontaneidade e o dinamismo do Espírito na celebração do culto e administração dos sacramentos.

Uma figura bastante importante neste período anterior ao Vaticano II, e que poderíamos dizer, um precursor deste movimento de reforma litúrgica, foi Dom Prosper Guéranger. Ele foi “fundador da Abadia de Solesmes. A intuição fundamental de Guéranger está em ele ter indicado em sua obra *L’Année Liturgique* a liturgia como a oração da Igreja; o verdadeiro modelo de oração cristã” (AUGÉ, 1998, p.56).

Com essa intuição do Abade de Solesmes havia a retomada da percepção da liturgia não como restrita ao campo normativo do direito canônico, mas como aspecto elementar da vida cristã. Nesse sentido, a mudança de compreensão foi fundamental para que passo a passo a Igreja recolocasse a Liturgia em seu devido lugar. Esse processo favorecia tanto os clérigos quanto os leigos, pois, todos poderiam ter melhor participação na vida litúrgica.

De fato, a cada década que passava o problema ficava mais agudo e a pressão por mudanças iam surgindo nos quatro cantos do mundo. Havia uma percepção de que as mudanças litúrgicas eram urgentes, teólogos e membros do clero reconheciam que era preciso melhor compreensão e participação de toda a Igreja na liturgia. Isto se atesta pela gênese e desenvolvimento do movimento litúrgico desde o século XIX⁴.

Entretanto, toda essa mudança de mentalidade no que diz respeito ao culto cristão se deu em grande parte pelo resgate histórico da riqueza da vida litúrgica da Igreja que ocorreu no período Primitivo e Patrística. Especialmente entre os monges dos séculos XIX e XX – destaca-se o trabalho realizado pelos monges da Abadia de Solesmes supracitada – houve grande empenho no resgate da história da Liturgia. Por isso, dentro do movimento litúrgico do século XIX é importante destacar que

Adquire importância para a renovação litúrgica, nesta época de restauração, a atividade científica que tem por objeto a história da liturgia. Surgem vastas edições dos Padres e obras a respeito das fontes. Migne inicia e publica celeremente a *Patrologia latina e grega*. Dessa forma, são colocadas as premissas para uma consideração mais crítica da liturgia da Idade Média e tridentina (AUGÉ, 1998, p.56).

⁴ O Movimento Litúrgico foi um prelúdio da reforma que se realizou com a Constituição *Sacrosanctum Concilium*. Ainda no século XIX a Liturgia passou a ser entendida como culto público da Igreja e Mistério de Salvação. Nesta fase inicial tiveram grande importância, respectivamente, o monge belga Beauduin e o liturgista alemão Odo Casel. Inclusive, neste aspecto litúrgico, o Papa Pio X deu contribuições às graduais reformas. Mais tarde, o Movimento foi ganhando grande adesão entre os monges beneditinos e membros da hierarquia, chegando ao ápice por meio da Encíclica *Mediator Dei* de Pio XII. Este falou da Liturgia como culto do Cristo no qual participa toda a Igreja. Toda essa reflexão precedente ao Concílio deu as bases para a reforma litúrgica.

Para aprofundamento, o que era proposto pelo Concílio Vaticano II era um retorno às fontes, isto é, ao modelo da Igreja primitiva que desde sua origem foi uma Igreja que se expressou liturgicamente e sacramentalmente de forma pneumática. Uma das evidências são as Catequeses Batismais de São João Crisóstomo. Elas demonstram a marcante presença pneumatológica na vida litúrgica e sacramental da Igreja nascente.

Todavia, esse processo de redescobertas do Movimento Litúrgico, bem como a retomada de referências de outros modelos eclesiais anteriores à referência tridentina, não foi um processo pacífico no interior da Igreja. “O movimento litúrgico do século XIX foi autônomo, mais controlado do que auxiliado pelos organismos hierárquicos. Não foi assim no século XX. Nele podemos distinguir a atuação dos papas e a ação dos teólogos e pastores” (AUGÉ, 1998, p.56).

Atentos às necessidades dos tempos, os pastores da Igreja reunidos em Concílio abriram-se às inspirações do Espírito, deixaram-se conduzir por este novo sopro da graça que estava renovando todas as instâncias eclesiais, a começar pela liturgia.

A mudança dessa concepção acerca da liturgia ocorreu somente com a guinada conciliar da segunda metade do século XX. Em 22 de outubro de 1962 foi apresentado oficialmente o documento sobre a sagrada Liturgia. Vários foram os entraves para sua aprovação, entretanto, no final de sua votação, em 14 de novembro de 1962, foi surpreendentemente bem aceito pela maioria dos Cardeais. Deixando “todos pasmos com o resultado – uma vitória esmagadora a favor, 2.162 votos, com apenas 46 contrários, sendo aprovado por 97% dos Cardeais” (cf. MALLEY, 2014, p. 152).

Esse resultado demonstrou o grande desejo de mudança por parte dos Padres Conciliares. Alguns pontos importantes a serem destacados são: o fato de que a discussão sobre a revisão da Sagrada Liturgia remontava ao período de Trento, quando se definiram diversas normas litúrgicas. Todavia, estas precisavam agora de revisão quatro séculos mais tarde. Além disso, o fato de que os pastores da Igreja preocupavam-se com o bem dos fiéis.

Movidos por essa preocupação pastoral, reivindicando mudanças no modo de celebrar, segundo as necessidades dos tempos, os padres conciliares realizaram grandes mudanças na liturgia em geral, de forma particular nos textos litúrgicos.

Foi feita grande revisão e a emenda de textos litúrgicos, os especialistas estavam unanimemente convencidos de que, embora se apegando à tradição da Igreja, mudanças semelhantes em textos e ritos eram necessárias para adaptá-los ao *ethos* e às necessidades de nosso tempo (MALLEY, 2014, p.144).

Destaca-se que, para chegar a estas mudanças na liturgia, sobretudo, nos textos litúrgicos, o Espírito Santo se encarregou de preparar a própria hierarquia, que se deu conta dos apelos deste tempo para a necessidade de transformação na vida litúrgica.

O papa Pio XII, movido pelo Espírito Santo, em sua Encíclica *Mediator Dei* é um exemplo. Ele propôs mudanças na vida litúrgica, com a pretensão de afastar os perigos do “liturgicismo”. Ao passo que, João XXIII deu consideráveis contribuições pastorais ainda antes do Concílio. Mas as reformas gerais que marcaram a guinada pneumatológica na vida da liturgia aconteceram no Concílio Vaticano II, no qual todos, ainda que não quisessem ou tivessem receios, se deram por convencidos (AUGÉ, 1998).

As reivindicações possibilitaram que os pastores se abrissem às novidades suscitadas pelo próprio Espírito, tendo em vista o bem de toda a Igreja. Assim, pode-se “constatar que a reforma litúrgica que se seguiu com o Concílio Vaticano II tem se preocupado, com intensidade sempre mais crescente, a evidenciar a ação do Espírito Santo nas várias celebrações litúrgicas e na experiência de fé dos cristãos” (SANTANA, 2000, p.25).

Com efeito, João XXIII (1998) deixa às claras as intenções do Concílio no seu discurso de encerramento da primeira sessão. O papa enfatiza que não foi por acaso que se começou o trabalho conciliar pelo projeto litúrgico, afinal, este trata das relações entre Deus e o homem, ao passo que o desejo de seu coração era de que houvesse um ardoroso novo Pentecostes, fazendo crescer o reino de Cristo aqui na Terra.

As proposições da *SC* salientaram a importância incondicional do culto no interno da própria liturgia, mas demonstrando a própria transcendência da vida litúrgica da Igreja. Para tanto, o princípio de *aggiornamento* e a volta às antigas fontes tornaram-se referência para as demais reflexões que seriam desenvolvidas noutras sessões.

A abertura dos Padres Conciliares às mudanças no campo litúrgico inspirou a que tivessem coragem para também repensarem outros aspectos da vida eclesial. A vida eclesial, que acontece também na assembleia dos fiéis reunida pela força do Espírito Santo para atualizar o Mistério Pascal, é celebrada em cada liturgia.

Da liturgia, em especial a Eucaristia [Mistério Pascal] corre sobre nós, como de sua fonte, a graça, e por meio dela conseguem os homens com total eficácia a santificação em Cristo e a glorificação de Deus, a que se ordenam, como a seu fim, todas as outras obras da Igreja (*SC*, n.10).

A graça, pois, é derramada pelo Espírito Santo, mais especificamente na epiclese. Portanto, o Espírito Santo é alma da liturgia, na ação da Igreja, sendo fonte de vida. É fonte de

vida porque toda ação da Igreja é obra do Cristo. Torna-se a Igreja para o mundo, em sua ação litúrgica, sinal visível da obra salvífica de Cristo, segundo nos diz Costa:

O princípio geral referente à natureza da Liturgia [Mistério Pascal] termina lançando luzes em direção a uma eclesiologia que também está intimamente ligada à salvação em sua mais profunda dimensão pascal (COSTA, 2013, p.244).

Por isso, toda a vida eclesial, do ponto de vista litúrgico, precisou repensar continuamente seu modo de ser e realizar sua missão no mundo. Assim, compreendeu que o Mistério celebrado pode ser revisto e passou pelo *aggiornamento* desejado por João XXIII sem prejuízos à fé, inclusive outras questões eclesiais como o Ofício divino e os sacramentos também foram discutidas. Os padres conciliares não temeram dar este passo à guisa do Espírito Santo.

No que diz respeito às questões litúrgicas, sobretudo no culto e nos sacramentos, foram levantados pelo movimento litúrgico questionamentos acerca da rigidez, do distanciamento dos fiéis da missa e outros sacramentos, e assim a Igreja entendeu que é o Espírito Santo quem fecunda a Liturgia. Por meio da Sua livre ação que age na Igreja é que se confere a unidade ao que se celebra, portanto, a segurança não está na perfeição da execução do rito e/ou espiritualidade única (aliás, no Espírito trata-se de unidade na diversidade).

Por isso, a Igreja não desejou impor na Liturgia uma forma rígida e única para aquelas coisas que não dizem respeito ao essencial da fé ou ao bem de toda a comunidade; e ainda, insistiu, por exemplo, sobre a importância da plena participação de todos os fiéis (COSTA, 2013). Com isso, a Igreja deu um grande salto na sua autocompreensão da celebração do Mistério Pascal. Neste sentido,

O Concílio renovou a forma litúrgica a partir do *mysterium* celebrado, caracterizando a liturgia como verdadeira oração, memória viva do Senhor ressuscitado e atualização da obra salvadora do Pai, por meio do Filho no Espírito Santo, entre o seu povo reunido. São repensadas as fórmulas, a estética e a espiritualidade litúrgica, incrementando o sacerdócio comum dos fiéis e a dimensão pastoral do culto (COSTA, 2013, p. 241).

O que já fica claro é que o Espírito Santo se revela, sobretudo, no ambiente do culto. Mesmo com a diversidade no modo como se celebra, tendo em vista a subjetividade que está presente na Liturgia, é o Espírito Santo quem garantirá a unidade da assembleia reunida. Dada a compreensão da Igreja como Sacramento, movida na força do Espírito que conduz toda a liturgia, a unidade é um sinal eloquente e necessário no seio da vida cristã.

A vida cristã realiza-se nessa diversidade e subjetividade que não são necessariamente empecilhos para o agir do Espírito, aquele que é o gerador da unidade. Ao contrário, a diversidade cultural tem espaço em meio às riquezas das tradições históricas da Igreja sem

contraporem-se entre si. Esta é uma verdadeira obra de unidade promovida pelo Espírito. Com efeito, a própria Igreja reconhece a necessidade de atualizar e integrar.

Se a subjetividade litúrgica é o universo religioso interior de todos os fiéis, os ritos devem considerar suas emoções, sentimentos, mentalidades, que se expressam em formas simbólicas da sua própria cultura. De uma parte, encontramos os ritos elaborados ao longo dos séculos, que mantêm continuidade da tradição. De outra parte, esses ritos precisam atualizar, paulatinamente, uma simbiose com o universo simbólico das comunidades, de outros continentes, etnias e contextos (BOGAZ, 2014, p.59).

Na perspectiva teológica da Constituição *SC*, que evidencia a Igreja como Sacramento de unidade, a ação do Espírito Santo é fundamental. Visto que na liturgia o Espírito Santo opera por desígnio divino, Ele atualiza o mistério e torna fecunda a obra da salvação. “Quando a espiritualidade encaminha-se na dimensão pneumatológica, as regras são mais amenas e menos imponentes e os ritos promovem a valorização do fiel individualmente” (BOGAZ, 2014, p.95).

Tendo em vista o encontro pessoal com Cristo – no qual a vida cristã encontra via segura na liturgia e nos sacramentos, que são uma obra do Espírito Santo – os fiéis deveriam buscar por excelência aquilo que propõe a própria Igreja. Antes de aderir a espiritualidades secundárias, deveria a vida litúrgica ser o centro da vida espiritual cristã. Com efeito, deste modo realiza-se o papel da Igreja de Sacramento de unidade pela força do Espírito.

Se os pilares da liturgia são fundamentados na pessoa do Espírito Santo, tornam-se mais subjetivos, acolhedores dos apelos e do rosto do povo de Deus. Os pastores da Igreja devem estar atentos às concepções plurais da compreensão da fé cristã e assim celebrar como diálogo atualizado entre os fiéis e Deus. Uma verdadeira abertura às expressões religiosas litúrgicas dos fiéis em suas mais variadas expressões faz com que o cristianismo e seus ritos sejam universais, sem perder a sua unidade essencial, o mistério pascal de Jesus Cristo (BOGAZ, 2014, p.96).

De tal maneira, as funções litúrgico-sacramentais tornam visível agir do Espírito na Igreja e no mundo. Ao passo que, fica claro que ações litúrgicas não são ações privadas, mesmo quando realizadas de maneira pessoal, afinal, são celebrações da Igreja, que é “sacramento de unidade” (*SC*, n. 26). Portanto, quando alguém reza une-se a todo um povo santo congregando num só corpo que conta com a variedade de seus membros.

Neste sentido, toda a Liturgia promove essa congregação da unidade dos muitos membros do Corpo de Cristo pela força do Espírito. Nessa relação dos membros com o Cristo Cabeça, o Espírito atua unindo o humano ao divino, as realidades visíveis às realidades invisíveis, revelando assim o Mistério de Cristo na Igreja. Como ensina o Concílio:

A liturgia, com efeito, mediante a qual, especialmente no divino sacrifício da eucaristia, “se atua a obra da nossa redenção” contribui sumamente para que os fiéis primem em suas vidas e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a genuína natureza da verdadeira Igreja, que tem a característica de ser ao mesmo tempo

humana e divina, visível, mas dotada de realidade invisíveis, operosa na ação e devotada à contemplação, presente no mundo e contudo peregrina; de tal modo que nela o humano é orientado e subordinado ao divino, o visível ao invisível, a ação à contemplação, a realidade presente à futura cidade para a qual estamos encaminhados (*SC*, n. 2).

Além do mais, é a partir do mistério pascal e redentor de Cristo que a *SC* fundamenta o mistério litúrgico sacramental e faz uma relação com o evento do Espírito, como o movimento gerador de vida e unidade entre os membros do corpo e a Cabeça, isto é, o Cristo e a Igreja.

Cristo Senhor, especialmente pelo mistério pascal de sua paixão, ressurreição dos mortos e gloriosa ascensão, em que ‘morrendo destruiu a nossa morte e, ressuscitando, restaurou-nos a vida’, realizou a obra da redenção dos homens e, rendendo a Deus toda glória, como foi prenunciado nas maravilhas de que foi testemunha o povo do Antigo Testamento. Do lado de Cristo, morto na cruz, brotou o admirável mistério da Igreja. (*SC*, n. 5).

A Igreja presente em todos os tempos foi dada por Jesus aos discípulos e vivificada permanentemente pelo Espírito Santo ao longo dos séculos. No ensinamento da Constituição Dogmática *SC* afirma-se que a morada da Trindade entre os homens é a Igreja. Ao passo que a Igreja é sustentada e atualizada pelo Paráclito, sendo Ele mesmo o princípio dinâmico da variedade e da unicidade na e da Igreja.

Para Santana (2000, p. 76-77, na *SC* é está presente de maneira essencial a “dimensão pneumático-carismático da Igreja, tão cara à teologia e à Igreja dos primórdios, é algo de imperecedoura e de extrema atualidade, sobretudo hoje”. De fato, mesmo após mais de cinquenta anos deste documento conciliar ainda há muito a ser desenvolvido pela Igreja no âmbito litúrgico-pneumático.

Neste sentido, pode-se dizer que a compreensão acerca da Igreja como Sacramento do Espírito está fundamentada no texto Bíblico que narra o evento do Pentecostes, a saber: “Quando chegou o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos. De repente veio do céu um ruído, como de vento de furacão, encheram-se todos do Espírito Santo, e começaram a falar línguas estrangeiras, conforme o Espírito Santo lhes permitiam expressar-se” (At 2,1-4).

Segundo o Catecismo da Igreja Católica o evento marca este tempo novo que inaugura a ação do Espírito Santo na vida da Igreja. Nos atos do Cristo, por meio da unção do Espírito Santo, vivencia-se na celebração da liturgia sacramental da Igreja a atualização deste mistério.

Com efeito, em cada celebração a Igreja deixa-se conduzir pelo Espírito que a renova e capacita para ser um sinal sacramental no mundo. Este mandato transmitido a Igreja se

manifestou aos Apóstolos em Pentecostes, no qual será transmitida até o dia da segunda vinda do seu Senhor.

No dia de Pentecostes, pela efusão do Espírito Santo, a Igreja é manifestada ao mundo. O dom do Espírito inaugura um tempo novo na “dispensação do mistério”: o tempo da Igreja, durante o qual Cristo manifesta, torna presente e comunica sua obra de salvação pela liturgia de sua Igreja, “até que ele venha” (1Cor 11,26). Durante este tempo da Igreja, Cristo vive e age em sua Igreja e com ela de forma nova, própria deste tempo (CIC, n. 1076).

Assim, entende-se que o mistério pascal de Cristo é o centro da liturgia desde as origens. Ao passo que o Concílio Vaticano II colocou novamente em destaque esta fórmula da Igreja primitiva, naturalmente reforçou-se a ação pneumatológica no culto divino. Antes do Concílio, mais especificamente no período tridentino, dava-se destaque ao rito na ação litúrgica, por vezes, enfatizando o agir humano em detrimento da obra do Espírito.

Nesta nova compreensão, evidencia-se que é o Espírito que dá dinamismo e vida à celebração cristã; bem como é a Pessoa Divina que opera nos sacramentos pela epiclese.

De fato, toda liturgia é pneumatológica, quer dizer, ela se realiza sempre na força do Espírito Santo. Isso vale na sua dimensão descendente, quando o Espírito nos é dado e, igualmente, na sua dimensão ascendente, quando nos dirigimos ao Pai no Espírito. Deste modo, podemos expressar o mesmo, dizendo que a liturgia é essencialmente *epiclética*, o que significa invocativa (LUTZ, 1998, p. 39).

Essa presença do Espírito é fundamental na vida litúrgica da Igreja. É o Espírito que realiza o desígnio de Deus em nós. Com efeito, o Espírito atua em toda a história da salvação, assim foi na origem do mundo, durante a vida terrena de Jesus até sua Ascensão, nos Apóstolos em Pentecostes, na Igreja nascente e até os nossos dias.

Em especial a liturgia é considerada como um sinal dos desígnios providenciais de Deus sobre o nosso tempo, como uma passagem do Espírito Santo pela sua Igreja; ele imprime uma nota distintiva à sua vida, e mais, a todo o modo religioso de sentir e de agir do nosso tempo (SC, n. 43). É graças à presença do Espírito na liturgia que cada cristão renova-se para a missão no mundo. Ainda que sejam muitos os membros, cada qual com sua missão, é o mesmo Espírito quem promove a unidade.

De fato, a liturgia sacramental da Igreja na ação do Espírito Santo, promove a unidade dos cristãos, fazendo cumprir na Igreja a ordem do seu Senhor de que “todos sejam um” (Jo 17,21). Por isso, “já não mais se pode pensar na Igreja sem o Espírito e vice-versa, uma vez que o *Pneûma* foi plenamente derramado sobre a Igreja e nela opera e se manifesta” (SANTANA, 2000, p. 29).

Com efeito, esse Espírito que se manifesta na Igreja atua de diversos modos, a exemplo disto, opera pela força dos sacramentos. Neste sentido, o Espírito Santo no Batismo

nos une a Cristo, na Eucaristia nos fortalece para missão, na Confirmação nos torna combatentes na fé; por meio dos sacramentos de cura nos revitaliza, e pelos sacramentos de serviço nos capacita para a missão, bem como, na diversidade dos carismas que nos são dados nos prepara para os desafios no mundo.

Como diz Congar (2005), na vida cristã o culto é o lugar da ação do Espírito Santo dentro da Igreja, que se manifesta nos sacramentos, na liturgia e carismas, operando de forma privilegiada. É o Espírito Santo de Deus que na Igreja gera unidade entre os fiéis com Deus. Por isso, a Igreja precisa sempre mais suplicar ao Espírito a graça da unidade na diversidade, a fim de que seja capaz de viver uma vida nova permanentemente.

3 VIDA NOVA NO ESPÍRITO

No terceiro capítulo, quer refletir sobre a “vida nova no Espírito”. Sendo que, esta diz respeito à “vida do cristão que, mediante a fé, os sacramentos e os carismas, está intimamente unida a Jesus Cristo. Assim, o Espírito derramado em nossos corações torna-se em nós nascente de água a jorrar para a vida” (JOÃO PAULO II, 2003, p. 84). Deste modo, busca-se compreender agora a forma pelo qual o Espírito atua em nós, tendo como premissa o encontro pessoal com Cristo, que gera uma experiência interior pela graça do Espírito Santo e esta se externaliza pelo testemunho.

A atuação do Espírito, seu poder de vida, seu auxílio e seu testemunho da verdade são experienciados primeiramente no interior da pessoa, mas essa certeza experiencial busca o exterior, quer ser confirmada no testemunho da vida. [...] O recebimento da vida nova a partir do Espírito realiza-se na vida diária dos cristãos, a qual, contudo, de modo algum é evidente para o “mundo” (HILBERATH, 2000, p. 440).

É assim que a ação do Espírito Santo acontece na vida do cristão desde Pentecostes. Ela é dinâmica e constante, reflete-se no agir da Igreja no mundo. De modo que, o modo da Igreja se organizar molda a forma de ser do cristão. Pode-se afirmar que aconteceram grandes transformações na vida cristã nas últimas décadas, sobretudo, por causa da ação do Espírito Santo no Concílio Ecumênico Vaticano II. Busca-se agora, refletir então sobre alguns pontos de grande relevância nos quais se podem notar significativas mudanças no modo de agir da Igreja nestes nossos tempos.

Particularmente, trataremos neste capítulo sobre a missão da Igreja enquanto anunciadora do Evangelho, pois, “essa obra do Espírito em Cristo e em nós forma um mesmo ‘mistério’, o mistério do cristão” (CONGAR, 2005, p.96). A saber, esse mistério do cristão consiste em ser um sinal no mundo, testemunhar pela força do Batismo o Evangelho de Jesus Cristo, a vida nova no Espírito.

Sobre a missão do cristão movido pela luz do Espírito Santo, no primeiro tópico deste capítulo tomamos como base o documento *Ad Gentes (AG)* – sobre a atividade missionária da Igreja. Por meio da compreensão teológica de que a ação de Deus precede o agir do missionário este decreto mostrou-se inovador; além disso, mostrou-se novo também quando propôs que todos os membros da Igreja são missionários e não somente alguns que realizam

missões enquanto vocações específicas, afinal, “a Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária” (AG, n.2).

Em seguida, busca-se refletir como a Igreja não restringe seu campo de atuação à evangelização *stricto senso*, isto é, propriamente pregando o evangelho, administrando os sacramentos, exercendo o *múnus régio-pastoral* de Cristo confiado aos seus ministros. Neste sentido, aprofundaremos a missão da Igreja que acontece no mundo. Para tanto, tomamos como referencial o documento *Gaudium et Spes (GS)*– sobre a Igreja no mundo atual.

Por meio deste, a Igreja mostrou-se preocupada e atenta às realidades terrenas, como: a ciência, o ateísmo, o bem comum, o respeito da dignidade humana, entre outras questões que revelam uma verdadeira solidariedade com as questões humanas. A Igreja reconhece que exerce um importante papel na sociedade, contudo, reconhece seus limites, por isso afirma:

Tudo quanto dissemos acerca da dignidade da pessoa humana, da comunidade dos homens, do significado profundo da atividade humana, constitui o fundamento das relações entre a Igreja e o mundo e a base do seu diálogo recíproco. [...] Pressupondo tudo o que o Concílio já declarou acerca do mistério da Igreja, considerar-se-á a mesma Igreja enquanto existe neste mundo e com ele vive e atua (GS, n.40).

Percebeu-se com a reflexão acerca da ação do Espírito na Igreja em nossos dias para a santificação do Povo de Deus, a fim de que sejamos “sal da terra e luz do mundo” (cf. Mt 5, 13-16). Cientes do imperativo de que se deve anunciar o Evangelho sempre e em todo lugar, e ainda, que se faz necessário dar testemunho de Jesus Cristo ao mundo, seja por palavras, mas muito mais por atitudes, finaliza-se com a percepção de que é preciso sempre o auxílio do Espírito Santo que “renova a face da terra” (cf. Sl 104/103).

Em resumo, viver segundo o Espírito significa, “participar da vida de Cristo, compartilhar as Suas disposições interiores, formar com Ele ‘um só Espírito’. Ser, ou viver ‘no Espírito’ equivale, na prática, a ser, ou viver, ‘em Cristo’” (CANTALAMESSA, 2014, p. 173).

É o Espírito Santo que realiza, personaliza e interioriza a vida em Cristo e torna o cristão apto para a realização da missão e também o santifica para viver segundo o homem novo. Neste sentido, entende-se que “o Espírito Santo opera como causa transcendente e íntima – é a sua própria habitação em nós” (CONGAR, 2005, p. 140).

3.1 A missão do cristão movida pelo Espírito Santo à luz do decreto *Ad Gentes*

Fazendo um resgate histórico, hoje é impossível negar que o Sagrado Concílio Vaticano II, significou uma poderosa ação do Espírito Santo para os dias atuais. Uma grande novidade foi a compreensão de que o Espírito atua em todos os membros da Igreja e, por isso, somos todos missionários. Aconteceu um verdadeiro Pentecostes em nossos tempos, o qual há décadas a Igreja clamava. O Concílio foi sem dúvida o acontecimento do século XX para a Igreja e o mundo.

Através das mensagens, discursos, documentos e decretos do Concílio Ecumênico Vaticano II, a Igreja se propôs a responder às graves crises que enfrentava frente às inúmeras transformações do mundo à sua volta. Em resumo, a Palavra e o Espírito conduzindo a vida cristã permitiram essa abertura ao novo de Deus para sua Igreja (EDWARDS, 2007).

Contudo, entre os seus 16 documentos do recente Magistério Conciliar, a Igreja dedicou um em especial ao tema da missão, o decreto *AG*. Este se ocupou em refletir e atualizar o Magistério acerca da missão da Igreja de anunciadora da Boa Nova de Jesus Cristo, ainda mais, considerando os desafios dela na evangelização do mundo moderno.

A Igreja percebeu que os tempos exigiam que se fizessem adaptações e aproximações às culturas, costumes locais e fosse concedida mais liberdade na ação evangelizadora; uma espécie de libertação da atividade missionária da Igreja no Espírito Santo. Pedia-se a volta à inspiração original, portanto, o *aggiornamento* desejado pelo Concílio tinha urgência. A própria hierarquia da Igreja se convenceu de que passou o tempo de superar a era do colonialismo e do imperialismo (MALLEY, 2014).

No geral, as definições apresentadas no decreto *AG*, reforçam a natureza da Igreja de ser sinal visível, ou seja, como que sacramento entre os povos. Pelo qual, no desenrolar da vida cristã – movida pelo Espírito Santo – tornam-se novas todas as coisas.

Há, pois, fundamentada na história, a transição de uma Igreja rígida e sem nenhuma participação ativa dos leigos, seja no culto ou na ação evangelizadora, para uma compreensão eclesiológica pneumatológica de participação, na qual se reconhece o sacerdócio régio de todo

cristão que participa do múnus de Cristo pela força do Batismo e, portanto, torna-se também instrumento e sinal de salvação.

[...] Porque a Igreja é em Cristo como que o sacramento ou sinal e o sacramento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano, ela deseja oferecer a seus fiéis a todo o mundo um ensinamento mais preciso sobre a natureza e sua missão [...] (LG, n. 1).

Foi então que, no dia 07 de dezembro de 1965, nascia o Decreto *AG*. Sua inspiração e fundamentação emergiu da reflexão teológica no campo da eclesiologia, da liturgia, embasada por novas práticas pastorais (CONRADO, 2013).

O ensinamento conciliar do Vaticano II deixou evidente a contínua fé cristã na força da ação Evangelizadora da Igreja que se realiza por meio do Espírito Santo. Com efeito, o Espírito Santo é o protagonista da Evangelização, uma vez que o Ele é a alma da Igreja; é Ele quem anima, dá a vida a tudo quanto a Igreja realiza.

Reforça que, conseqüentemente, se o Espírito é a alma da Igreja, Ele é ao mesmo tempo a alma da missão. Portanto, é da natureza da Igreja toda ser missionária, posto que, é movida pelo Espírito. Encontra-se assim seu fundamento no mandato do Senhor de pregar o Evangelho até os confins do mundo, conforme deixado como ordem aos seus discípulos no evento de Pentecostes.

Esta definição de uma Igreja toda missionária foi motivada, de forma decisiva, na atualização da reflexão a respeito da *activitate missionali Ecclesiae*, apresentada no decreto *AG*. Neste sentido, o estudo gravitava em torno de uma eclesiologia que fosse pautada na cristologia e pneumatologia, considerando as práticas pastorais da missão do cristão, tendo em vista também a Igreja como sinal visível da graça invisível. Afinal, como o Cristo e o Espírito são enviados do Pai, a Igreja assume essa identidade missionária dando continuidade a este desígnio divino.

A Igreja movida pela caridade não deixa de anunciar a todos os povos as maravilhas de Deus. É fé da Igreja que o Espírito Santo, por meio da atividade missionária de cada cristão, é capaz de gerar vida nova para o Reino dos Céus. Deus quis se manifestar no homem, pela unção do Espírito, tornando-o cooperador do reino.

A tradição da Igreja afirma que o Espírito da verdade age no nosso coração, suscitando aquele “sentido da fé” (*sensus fidei*) através do qual, como afirma o Concílio Vaticano II, o Povo de Deus, sob a guia do magistério, adere indefectivelmente à fé transmitida, aprofunda-a com juízo reto e aplica-a mais plenamente na vida e missão (FRANCISCO, 2014, p. 40-41).

A Igreja é peregrina neste mundo e, por isso mesmo, torna-se por natureza missionária. Ainda que tendo sua origem divina, segundo o desígnio de Deus Pai, na missão do Filho e na

força do Espírito Santo deve ser anunciadora da Boa Nova na história. A Igreja apresenta ao mundo sem medo a novidade do Evangelho, gera harmonia e impulsiona a todos para a missão (*AG*, n.2).

À vista disto, o desdobramento da missão da Igreja ocorre precisamente por meio da missão que se realiza na vida dos cristãos, que deve ser configurada por meio de uma adequada cristologia e pneumatologia.

No Batismo nos tornamos filhos adotivos, pertencemos ao Corpo de Cristo e cumprimos no mundo a missão do Mestre. Deste modo, pela ação do Espírito, devemos ser conscientes de que somos: unguídos pelo Espírito, anunciadores do Evangelho, sobretudo aos pobres, chamados a sarar os contritos de coração, a proclamar a libertação dos cativos e a restituir a vista aos cegos (cf. Lc 4,18).

Para tanto, o cristão é revestido da graça, de modo que “o Espírito Santo é quem unifica na comunhão e no ministério, e enriquece com diversos dons hierárquicos e carismáticos” (*AD*, n. 4). É, portanto, a partir disto que o cristão realiza dentro da Igreja, pela força do Espírito Santo, o mandato do seu Senhor: “Ide por todo mundo e pregai o Evangelho a toda criatura” (cf. Mc 16,15).

Aprofundando a teologia acerca da ação do Espírito Santo na missão do cristão leigo, primeiramente, é importante considerar que esta se fundamenta nas Sagradas Escrituras; com efeito, o sacerdócio régio dos cristãos, está na carta de Pedro que diz: “Vós sois uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, o povo de particular propriedade, a fim de que proclameis a excelência daquele que vos chamou” (1 Pd 2,5).

Para tanto, ainda que estivesse presente na tradição bíblica, bimilenar no seio da Igreja Católica, esta ideia de sacerdócio régio veio a ganhar força graças à doutrina conciliar do Vaticano II. Este passo foi determinante para o reconhecimento do apostolado dos leigos.

O dever e o direito ao apostolado advêm aos leigos da sua mesma união com Cristo cabeça. Com efeito, inseridos pelo Batismo no Corpo místico de Cristo, e robustecidos pela Confirmação com a força do Espírito Santo, é pelo Senhor mesmo que são destinados ao apostolado. São consagrados em ordem a um sacerdócio real e um povo santo (cfr. 1 Ped. 2, 4-10) para que todas as suas atividades sejam oblações espirituais e por toda a terra dêem testemunho de Cristo (*AA*, n.3).

Portanto, a porta que confere esta graça a todos os fiéis são os sacramentos de iniciação cristã, sobretudo o Batismo. É no recebimento dos sacramentos da iniciação cristã que os fiéis participam do sacerdócio de Jesus Cristo. Ou seja, a ação do Espírito Santo precede o agir cristão, inclusive no mandato missionário.

Ainda mais, é pelo Batismo que o fiel exerce a missão do Cristo, no sacerdócio régio. Todos são convocados a realizar a sua missão própria no corpo de Cristo, dado pelo seu Senhor. “Há evidente atuação do Espírito Santo que hoje torna os leigos cada vez mais conscientes da própria responsabilidade e por toda a parte os anima ao serviço de Cristo e da Igreja” (AA, n.1).

Visto que, os sacramentos da iniciação cristã recebem o convertido na Igreja por meio do Batismo, após ser batizado, toma consciência e assume o mandato do Senhor de anunciar a Boa Nova. Ao passo que, também no Batismo é conferido ao discípulo de Cristo os dons do Espírito Santo que o capacitam para missão.

O Magistério do Vaticano II é contundente ao dizer sobre os dons dados para o exercício da missão: “o apóstolado se exercita na fé, na esperança e na caridade, virtudes que o Espírito Santo derrama no coração de todos os membros da Igreja” (AA, n.4). Ou seja, a missão provém do Batismo. Unido ao Batismo, recebe-se a unção do Espírito Santo (Crisma), no qual, são conferidos os dons (infusos) e carismas (dons efusos) para a missão.

Assim, “o Espírito Santo que opera a santificação do Povo de Deus por meio do ministério e dos sacramentos, concede também aos fiéis, para exercerem este apóstolado, dons particulares, a fim de que, cada um ponha ao serviço dos outros” (AA, n. 4). Ao se referir aos dons particulares, o documento destaca os carismas, que são dados pelo Espírito Santo para o serviço da comunidade e da missão evangelizadora da Igreja no mundo.

Procedendo deste modo, não há dúvida de que o fiel leigo é missionário, e este é seu dever e direito. É por isso que se reconhece que a Igreja – Povo de Deus – é por natureza missionária. Todos os seus membros, sejam ministros ordenados, religiosos e religiosas, leigos e leigas, recebem o Espírito Santo e seus dons e carismas; trata-se de um povo sacerdotal.

Quanto ao sacerdote ministerial, é constituído em função do sacerdócio comum, para servir todo o corpo de Cristo: isto se dá por receber o sacramento da ordem. Como leigos, todos são missionários pelo ministério de Cristo; enquanto sacerdotes, devem realizar a missão de servir, doando a própria vida como seu Senhor.

Assim, a natureza do ministério sacerdotal é de se dedicar na presidência do culto eucarístico, na liturgia, na administração dos sacramentos, no pastoreio etc. Orientando e encaminhando na fé os fiéis, em favor do Reino de Deus. Para tanto, o múnus sacerdotal é em favor da Igreja, um dom de serviço, fazendo-se servo, servidor, como o próprio Senhor o fez.

À vista disto, conforme o múnus dos apóstolos, os presbíteros recebem o dom do sacerdócio ministerial para que anunciem Cristo no meio dos povos, e assim sejam aceitas as suas oblações apresentadas ao Pai, com Cristo e santificadas no Espírito Santo (*PO*, n. 1). Neste sentido, a própria Igreja ensinou que:

É pelo ministério dos presbíteros que o sacrifício espiritual dos fiéis se consuma em união com o sacrifício de Cristo, mediador único, que é oferecido na Eucaristia de modo incruento e sacramental pelas mãos deles [presbíteros], em nome de toda a Igreja, até quando mesmo Senhor vier. Para isto tende e nisto se consuma o ministério dos presbíteros. (*PO*, n.2).

A ação operosa do Espírito Santo impulsiona o sacerdote a ser o primeiro missionário junto ao Povo de Deus, indo em busca dos corações para levá-los a Deus, por meio do culto, dos sacramentos e da Palavra, seguindo os passos do seu divino Mestre. É o Espírito Santo que dá o verdadeiro sentido do espírito missionário cristão. O exercício da sua missão, ou seja, do ministério de Cristo enquanto constituído de forma sacramental, sinal visível da graça invisível, atinge o auge do seu ministério quando se realiza com a entrega da própria vida para o cuidado do rebanho de Deus. Deste modo, torna-se a própria vida uma forma de glória a Deus Pai, em Cristo, pela força do Espírito Santo.

Entende-se que o sacerdócio de Cristo fundamenta o múnus sacerdotal de todo o Povo de Deus. Ao passo que o sacerdócio ministerial e o régio estão ligados entre si e compartilham da mesma fonte. “Regenerados com todos na fonte do Batismo, os presbíteros são irmãos entre os irmãos, membro de um só e mesmo Corpo de Cristo, cuja edificação a todos pertence” (*PO*, n.9). Todos, quer sejam leigos ou sacerdotes, são discípulos do Senhor e chamados à missão. Portanto, é da essência da Igreja ser missionária, é da natureza do cristão realizar a missão. O Cristo Cabeça envia à missão, e seus membros se põem a atuar em sincronia, isto é, em conformidade com Seu mandato.

A missão da Igreja realiza-se pois, mediante a atividade pela qual, obedecendo ao mandamento de Cristo e movida pela graça e pela caridade do Espírito Santo, ela se torna atual e plenamente presente a todos os homens ou povos para os conduzir à fé, liberdade e paz de Cristo, não só pelo exemplo de vida e pela pregação mas também pelos sacramentos e pelos restantes meios da graça, de tal forma que lhes fique bem aberto caminho livre e seguro para participarem plenamente no mistério de Cristo (*AG*, n. 5).

O recente Magistério destaca a Igreja como povo de Deus e reforça a sua origem no mistério da Trindade. Ou seja, a Igreja tem uma realidade divina. Mas, a Igreja em Pentecostes, a partir de cada cristão, assumiu uma condição de atuação histórica. Ao passo que, a missão do cristão acontece concomitante à missão da Igreja que, por sua vez, nasce da *missio Dei*.

O Pai, pelo Filho, no Espírito Santo, são os protagonistas da missão e por isso a Igreja, povo de Deus, Corpo místico, torna-se como que um sacramento, ou seja, sinal visível da graça invisível de Deus, para cada homem e em todo o mundo.

Em última análise, percebe-se que a missão constitui o anúncio do Evangelho de Deus, por meio da comunidade eclesial, de forma universal, em diálogo e anúncio com o mundo. Esta missão tem por premissa o Batismo, porta de entrada da vida cristã e demais sacramentos. Pelos sacramentos todos são agentes ativos, na ação do Espírito Santo, para a Evangelização. O Vaticano II atualizou essa dimensão missionária da Igreja, reforçou que a missão acontece pela ação do Espírito na vida cristã e na Igreja para o mundo.

3.2 O Espírito que impulsiona à caridade no mundo: *Gaudium et Spes*

Deus sempre se comunicou com o homem, ao passo que para cada tempo o impulso do Espírito Santo se manifestou de forma singular para responder aos anseios da humanidade. Desta forma, a Igreja colocou sua inteira confiança na força Divina, que a renova e purifica continuamente sob a direção do Espírito Santo (cf. *GS*, n. 21).

Assim, pela orientação do Espírito, a Igreja quis dialogar com o mundo atual, cultivar reciprocidade entre eles, do ponto de vista espiritual e material, desejou compreender e compartilhar das suas alegrias e esperanças. Portanto, no Concílio formulou-se que:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. [...] Porque, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo (*GS*, n. 1).

Deste modo, a Constituição pastoral *GS*, sobre a Igreja no mundo hoje, expressa o desejo da Igreja de contribuir, movida pelo Espírito Santo, na construção da sociedade moderna. “O mundo precisa de Cristo, mas é a Igreja que deve levar Cristo ao mundo” (JOÃO XXIII, 1962). A Igreja propõe e não impõem o ideal de uma civilização do amor, alicerçada nos tesouros dos genuínos valores humanos.

A Constituição foi aprovada por 2.309 votos favoráveis, 75 contrários e 7 nulos. Foram muito debatidos os textos e, de certa forma, veemente rejeitados por alguns. Ainda hoje se pretende da parte de alguns grupos desqualificar o texto e seu valor teológico e dogmático.

A constituição pastoral, de forma mais detalhada pretende expor a atitude da Igreja em relação ao mundo e ao homem. Por isso, “o povo de Deus, levado pela fé com que acredita ser conduzido pelo Espírito do Senhor, o qual enche o universo, esforça-se por discernir nos acontecimentos, nas exigências e aspirações, em participar juntamente com os homens de hoje” (GS, n. 11). Embora o cristão não esteja preso nas realidades do mundo, deve saber interpretar os sinais dos tempos.

O Concílio Vaticano II, ao buscar interpretar os sinais dos tempos, conforme Malley ao comentar a GS, demonstrou com clareza e de forma única uma atenção aos desafios próprios do tempo. Ao que parece, o Concílio quis comunicar uma mensagem conciliadora e pacificadora em relação ao mundo, sem deixar de ser profética e anunciar a verdade, propondo a santidade como meta de todos os homens.

Gaudium et spes, está mais ligado à encarnação que à escatologia, está mais próximo de Tomás de Aquino que de Karl Barth, é mais evocativo dos Padres da Igreja oriental que de Agostinho – mais inclinado à reconciliação com a cultura humana que à alienação dela, mais inclinado a ver bondade que pecado, mais a dizer palavras de amizade e incentivo que acusação. [...] O resultado foi uma mensagem contracultural e ao mesmo tempo sensível aos mais profundos anseios humanos. Paz na terra. Boa vontade aos homens (MALLEY, 2014, p. 320 – 321).

A prova disto parece-se que, pelo fato de que os padres conciliares se colocaram a ouvir a voz do Espírito, entenderam a necessidade de renovar o modo de se comunicar com o homem de hoje.

Manzini (2013) diz que, a linguagem adotada pela Igreja na GS, de forma análoga, foi a do divino Mestre: “Não vim para ser servido, mas para servir e dar a minha vida em resgate por muitos” (Mc 10,45). Neste sentido, a Igreja foi se adequando, “abrindo as janelas e as portas da Igreja Universal e se colocando a serviço da humanidade pelo vínculo de comunhão e caridade”.

Além do mais, a própria Igreja percebeu que é o Espírito Santo quem inspira e suscita este desejo de comunhão e caridade fraterna entre todos.

Em virtude da sua missão de iluminar o mundo inteiro com a mensagem de Cristo e de reunir em um só Espírito todos os homens, de qualquer nação, raça ou cultura, a Igreja constitui um sinal daquela fraternidade que torna possível e fortalece o diálogo sincero. Isto exige, em primeiro lugar, que, reconhecendo toda a legítima diversidade, promovamos na própria Igreja a mútua estima, o respeito e a concórdia, em ordem a estabelecer entre todos os que formam o povo de Deus, Pastores ou fiéis, um diálogo cada vez mais fecundo. Porque o que une entre si os homens é bem mais forte do que aquilo que os divide: haja unidade no necessário, liberdade no que é duvidoso, e em tudo caridade (GS, n. 92).

Com efeito, para que a Igreja na sua missão possa responder aos anseios do homem deve-se orientar a partir do modelo de vida do seu divino Mestre. Há no coração dos homens

anseios de fraternidade universal, diálogo, liberdade, e tudo isso a Igreja pode promover, gerando na comunidade humana justiça e paz.

Quanto mais os cristãos se unem ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, tornando-se sacramento de unidade, mais se aproximam da caridade, justiça e paz desejada (*LG*, n. 1 - 4). Este é o desejo de Deus para seus fiéis: “ revesti-vos de sentimentos de compaixão, de bondade, humildade, mansidão, longanimidade [...]. Mas, sobretudo, revesti-vos da caridade, que é o vínculo da perfeição ” (*Cl* 3,13-14)

Como afirma o recente Magistério conciliar, é o Espírito que faz acontecer a unidade na comunhão e no ministério, Ele distribui os dons e carismas na Igreja (*LG*, n. 4). Por sua vez, o “ cristão, tornado conforme à imagem do Filho, recebe as primícias [que são os dons e carismas], do Espírito, que o torna capaz de cumprir a lei da caridade (*GS*, n. 22).

Na vida cristã, através dos dons e carismas, acontece a ação Espírito Santo. Ele dirige e governa a Igreja e sua missão no mundo. É o Espírito que derrama sua graça, prepara e dota os cristãos com seus dons para o cumprimento da missão de anunciar ao mundo o Reino definitivo. Além do mais, é o Espírito Santo que dá a todos a possibilidade da unidade a Cristo (*GS*, n. 22).

Sendo o Espírito Santo o vínculo da caridade que extirpa as trevas do homem e lhe renova as esperanças, “ quanto mais esta unidade progredir na verdade e na caridade, pela poderosa ação do Espírito Santo, tanto mais será para o mundo um presságio de unidade e paz ” (*GS*, n. 9). Portanto, enquanto sacramento universal a Igreja reconhece que:

ao ajudar o mundo e recebendo dele ao mesmo tempo muitas coisas, o único fim da Igreja é o advento do Reino de Deus e o estabelecimento da salvação de todo o gênero humano. E todo o bem que o povo de Deus pode prestar à família dos homens durante o tempo da sua peregrinação terrena deriva do fato que a Igreja é o sacramento universal da salvação, manifestando e atuando o mistério do amor de Deus pelos homens (*GS*, n. 45).

A Constituição pastoral quis, assim, apresentar ao mundo a Igreja a partir de uma perspectiva de renovada alegria em Cristo, que pode ser vivida nesta vida terrena enquanto também cultiva a esperança do Reino definitivo. De fato, a Igreja quer ser para o homem de hoje os braços estendidos e os ouvidos atentos que tanto necessitam. Quer ser um sinal de Deus para que toda realidade humana se abra para o Evangelho.

Portanto, nestes tempos, a Igreja sob o impulso do Espírito Santo, que gera a caridade e esperança, quer afirmar o valor basilar da dignidade humana. Também deseja expressar sua vontade de dialogar e contribuir para a construção de uma sociedade de justiça e paz, sendo

uma mãe amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia com seus filhos, baseado nos valores cristãos e autenticamente humanos (cf. SOUZA; MANZINI, 2013).

3.3 Os frutos do Espírito Santo em nossos dias

Já é sabido que o Concílio Ecumênico Vaticano II foi um grande derramamento da graça do Espírito Santo, um verdadeiro e renovado Pentecostes na Igreja e para o mundo. Como afirmou Paulo VI (1965) no discurso de encerramento do Concílio, este evento foi um marco histórico na vida da Igreja, pois reunidos e animados pelo Espírito Santo, deve ser considerado entre os mais importantes eventos da Igreja.

João Paulo II, em 1998, na série de catequese sobre o Espírito Santo apresenta a relação clara do Espírito Santo e de certo modo, um novo Pentecostes com o Vaticano II, de modo que reconhece na Igreja pós-conciliar os frutos abundantes, as novas inspirações.

Entre os acontecimentos eclesiais que marcaram amplamente o nosso século o primeiro lugar compete ao Concílio Ecumênico Vaticano II. Graças a ele, a Igreja extraiu do seu tesouro coisas novas e coisas antigas, e experimentou de certo modo a graça de um renovado Pentecostes. Considerando bem, os sinais de esperança que animam hoje a missão da Igreja estão estritamente ligados a esta efusão abundante do Espírito Santo que a Igreja experimentou na preparação, celebração e aplicação do Concílio Vaticano II (JOÃO PAULO II, 1998, n. 1).

Aprofundando o recente magistério dos pontífices, pode-se afirmar ainda que João Paulo II e Bento XVI, alinhados em termos de visão eclesial, reconhecem os tesouros do Concílio e sua manifestação pneumatológica. Entretanto, em seu pontificado mostraram-se empenhados em “corrigir as trajetórias” do Concílio Vaticano II, acenando para o verdadeiro “Espírito do Concílio” (FAGGIOLI, 2015)⁵.

Esses papas queriam resgatar o que julgavam essencial no modelo eclesial anterior ao Concílio e remover os supostos excessos pós-conciliares. Por exemplo, no ano de 1985

⁵ Lembramo-nos do discurso de Bento XVI no primeiro ano de seu pontificado, quando por ocasião dos votos natalinos, tendo em vista o quadragésimo ano de realização do Concílio Vaticano II, dirigiu aos cardeais as seguintes palavras: “qual foi o resultado do Concílio? Foi recebido de modo correto? O que, na recepção do Concílio, foi bom, o que foi insuficiente ou errado? O que ainda deve ser feito? Ninguém pode negar que, em vastas partes da Igreja, a recepção do Concílio teve lugar de modo bastante difícil. [...] Os problemas da recepção derivaram do fato de que duas hermenêuticas contrárias se embateram e disputaram entre si. Uma causou confusão, a outra, silenciosamente mas de modo cada vez mais visível, produziu e produz frutos” (BENTO XVI, 2005). Como afirmou Faggioli, Bento XVI, ainda no primeiro ano de pontificado expôs seu desejo de aplicar aquilo que considerava uma correta interpretação do Concílio Vaticano II, em oposição ao “Espírito do Concílio”.

ocorreu em Roma, sob convocação de João Paulo II, o Sínodo Extraordinário dos Bispos que visava avaliar os anos pós-conciliares. Este discorreu sobre o tema da eclesiologia, reforçando não mais a ideia de “Povo de Deus”, conforme apresentado no segundo capítulo da *LG*, pois, segundo críticos este termo seria demasiadamente ambíguo, era preferível o conceito de Corpo de Cristo.

João Paulo II viu-se obrigado a convocar um sínodo em 1985 para fazer balanço do Vaticano II. Ainda que o balanço seja positivo, o Sínodo prefere falar da Igreja mais como corpo de Cristo do que como povo de Deus, crê que faz falta insistir na dimensão da cruz e na espiritualidade. Mas o Sínodo de 85 não freou o movimento restaurador [regresso ao modelo pré-conciliar]. Sucedem-se documentos dos dicastérios da cúria romana que freiam o avanço conciliar (CODINA, 2005, p.12).

Com esse regresso a alguns princípios anteriores ao Vaticano II, corria-se o risco de um novo sufocamento do Espírito⁶. Ao contrário, desde o início de seu pontificado, Francisco reconhece o recente Magistério Conciliar como um dado fundamental da Igreja de hoje, considera os avanços pós-conciliares como frutos do Espírito. Coloca em prática em seu magistério e missão os pilares do Concílio, sem temer as críticas às inovações. Em entrevista ao jesuíta Spadaro, afirmou:

O Vaticano II foi uma releitura do Evangelho à luz da cultura contemporânea. Produziu um movimento de renovação que vem simplesmente do próprio Evangelho. Os frutos são enormes. Basta recordar a liturgia. O trabalho da reforma litúrgica foi um serviço ao povo como releitura do Evangelho a partir de uma situação histórica concreta. Sim, existem linhas de hermenêutica de continuidade e de descontinuidade. Todavia, uma coisa é clara: a dinâmica de leitura do Evangelho no hoje, que é própria do Concílio, é absolutamente irreversível (FRANCISCO, 2013).

Tais pilares do Concílio são: o diálogo com o mundo moderno, mudança de noção eclesiológica, a dimensão carismática da Igreja, maior abertura ao laicato, o ecumenismo e diálogo inter-religioso, a questão da dignidade humana e liberdade religiosa. Aqui há uma diferença fundamental com seus predecessores, acerca de visão de Igreja. “O Papa se mostra convencido de que ‘ser Igreja significa ser povo de Deus, de acordo com o grande projeto de amor do Pai’ (EG 114). Ele não se omite ao declarar grande apreço por essa eclesiologia” (AURÉLIO, 2016, p.203).

⁶ “Muitos creram que o Vaticano II tinha ido longe demais, que se tinha que freiar a recepção do Concílio, promover uma restauração, uma leitura do Vaticano II a partir da tradição do Vaticano I. Esta situação começou já no tempo de Paulo VI (recorde-se a *Humanae Vitae* de 1968 e a contestação eclesial que provocou) e manteve-se no pontificado de João Paulo II. O próprio Cardeal Ratzinger mostrava-se pessimista sobre os frutos do Vaticano II. [...] A minoria, que no Vaticano II havia ficado de certo modo marginalizada, agora volta a hastear as bandeiras da tradição pré-conciliar (CODINA, 2005, p.12).

Deste modo, em certo sentido Francisco é o primeiro Papa totalmente pós-concílio, buscando colocar em prática a totalidade das definições conciliares em seu Magistério. O que os três papas estão de acordo é que o Vaticano II é a manifestação pneumatológica na Igreja de nossos tempos (FAGGIOLI, 2015). Francisco põe em prática a letra e o espírito do Concílio, passados quase sessenta anos, ainda há uma jovialidade nos ensinamentos conciliares que suscitam surpresa por seu profetismo, algo tão próprio do Espírito.

A sua magnitude só foi possível pela ação do Espírito Santo e, por isso, o Concílio Ecumênico Vaticano II é considerado pelos papas pós-conciliares, pelos clérigos e teólogos, como um concílio pneumatológico.

No Concílio Vaticano II, não existe propriamente um tratado de pneumatologia. No entanto, cita-se expressivamente a Terceira Pessoa da Trindade (260 vezes). Cada texto traz em si referências à ação do Espírito Santo: esta é uma particularidade deste Concílio. Pode-se afirmar que existe este resgate da importância da atuação do Espírito em tudo que se realiza na Igreja. Nesse sentido, Codina afirma que:

A dimensão pneumatológica do Concílio Vaticano II mostra-se na transformação do modelo eclesial de Cristandade e no retorno a uma Igreja mais próxima de suas origens bíblicas e patrísticas, a Igreja de comunhão típica do primeiro milênio (CODINA, 2010, p. 185).

Essa grande obra do Espírito Santo, que foi o Vaticano II, trouxe contribuições e frutos para a vida cristã, que estão fundamentados principalmente na *LG*. Nesta se firma:

É o Espírito que dá vida, a fonte de água que jorra para a vida eterna (Cf. Jo 4,14; 7,38-39); [...]. O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (Cf. 1Cor 3,16; 6,19), [...]. Leva a Igreja ao conhecimento da verdade total (Cf. Jo 16,13), unifica na comunhão e no ministério, adota-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos, com os quais a dirige e embeleza com os seus frutos. Pela força do Evangelho rejuvenesce a Igreja e renova-a continuamente (*LG*, n. 4).

Por conseguinte, a Igreja resgata toda dimensão pneumatológica que transborda na harmonia entre a instituição e a vida carismática da Igreja. É por meio do Espírito que a Igreja recebe dons hierárquicos e carismáticos para se organizar e realizar a sua missão no mundo.

Ainda, analisando a *LG*, à luz do nosso tempo, há quase 60 anos pós Concílio, bem como, os pronunciamentos papais a respeito do evento Vaticano II, é perceptível encontrar na práxis cristã os frutos do Espírito Santo.

De certo modo, encontramos tais frutos do Concílio como que em “embriões” no parágrafo 4 da *LG*, sobretudo, aqueles fenômenos de matriz pentecostais podem ser fundamentados nessa reflexão acerca de uma Igreja carismática, pela força do Espírito.

Codina (2010, p.187) contextualiza dizendo que o Magistério recente, gerou uma onda, incontrolável, da manifestação do Espírito Santo na Igreja e mundo. “Despertando na Igreja uma profunda renovação, uma verdadeira primavera pós-conciliar, um grande entusiasmo, um verdadeiro *káiros* ou tempo de graça”.

Este tempo de graça, torna-se visível pelos fenômenos que se deram nos últimos tempos, sobretudo, pela via carismática da Igreja. Se reconhece hoje a ação do Espírito nos fenômenos pentecostais dentro e fora da Igreja (historicamente originalizou-se na América do Norte), bem como, nas novas comunidades (advindas da Europa).

Outros frutos, porém, de igual valor, inspirados na Doutrina Social da Igreja foram as pastorais com grande ênfase na ação dos leigos, as comunidades eclesiais de base, a teologia da libertação (fenômeno que teve sua origem na América Latina) etc. Quanto a esta última, hoje há reconhecidamente uma releitura da mesma. Por exemplo, o teólogo alemão Gerhard Müller, afirma:

Devemos situar o pano de fundo imediato da Teologia da Libertação na nova concepção da Igreja no Concílio Vaticano II, a qual se vai inserindo no magistério especialmente na Constituição Dogmática e na Pastoral, portanto, LG e GS. A tentativa de uma implementação desse impulso conciliar para a Igreja Latino-americana encontrou sua expressão e amplo consenso magisterial nos documentos da segunda e terceira Conferências do CELAM (MÜLLER, 2014, p.85-86).

Todos esses frutos realizam-se como uma profecia para a Igreja. De modo que, o ensinamento conciliar deu fundamento para as diversas mudanças, reconhecidas efetivamente como frutos do Espírito, a começar de:

Uma transição de uma Igreja clerical e identificada com a hierarquia para uma Igreja do Povo de Deus; de uma Igreja jurídicista, definida como sociedade perfeita, para uma Igreja mistério que brota da Trindade; de uma Igreja triunfalista para uma Igreja que peregrina rumo à escatologia; de uma Igreja única arca de salvação para uma Igreja sacramento de salvação; de uma Igreja centrada em si mesma para uma Igreja voltada para Cristo, Luz das nações; de uma eclesiologia cristomonística para uma Igreja trinitária, em que a presença do Espírito é claramente afirmada; de uma Igreja centrípeta para uma Igreja centrífuga, orientada para o Reino de Deus; de uma Igreja centralizadora para uma Igreja de corresponsabilidade; de uma Igreja senhora, mãe e mestra, para uma Igreja servidora; de uma Igreja comprometida com o poder para uma Igreja solidária com os pobres; de uma Igreja à margem e contrária ao mundo moderno para uma Igreja neste mundo moderno e em diálogo com ele etc (CODINA, 2010, p. 185-186).

Ainda, sobre a ação do Espírito na mudança do modo de ser da Igreja – seja em sua forma de sua autocompreensão, e ainda, no modo de se relacionar com o mundo –, se destacam alguns frutos expressivos: o resgate da importância do leigo na vida da Igreja, com a teologia do laicato; a Igreja Sinodal; o avanço no ecumenismo e no diálogo inter-religioso; o avanço da doutrina social da Igreja, em destaque o valor da dignidade humana, o bem comum

e o cuidado com a casa comum (termo apresentado no Magistério do Papa Francisco); a abertura às novas inspirações do Espírito como a Renovação Carismática Católica (RCC) e as novas comunidades; a Teologia da Libertação (TL) e as comunidades eclesiais de base etc.

Visto que os frutos da ação do Espírito são abundantes, torna-se impossível abordar todos neste trabalho. No entanto, iremos neste último tópico nos aprofundar na teologia do laicato, bem como na ação do Espírito Santo no movimento carismático e novas comunidades, inspirados no decreto *Apostolicam Actuositatem* (AA), sobre o apostolado dos leigos, e no decreto LG. Neste sentido, pode-se afirmar que só há uma teologia bem elaborada do laicato, porque houve uma reformulação eclesiológica.

Os três frutos do Espírito que iremos abordar trazem consigo algo em comum: estão relacionadas ao impulso do Espírito no protagonismo leigo. Percebe-se a ação do Espírito Santo que se utiliza da abertura dos leigos para continuar a obra de renovação na Igreja.

Quanto à teologia laical, o decreto AA, define claramente o lugar do fiel leigo na Igreja; ainda mais, reforça que seu apostolado jamais pode deixar de existir, pois trata-se de uma característica essencial da vocação cristã. Trata-se de um dado constitucional desde a Igreja primitiva (AA, n. 1).

O fundamento da vocação cristã, portanto, o apostolado dos leigos, se encontra em 1 Pd 2, 4-10, onde afirma-se que todos os batizados são um povo sacerdotal. O decreto AA diz que após o Batismo “robustecidos pela virtude do Espírito Santo na confirmação, os leigos são deputados pelo próprio Senhor para o apostolado” (AA, n. 3). Ao passo que, “os leigos participam do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, realizando na Igreja e no mundo a missão de todo povo de Deus” (AA, n. 2).

A saber, este movimento de mudança de paradigma na eclesiologia, do ponto de vista da hierarquia da Igreja em relação ao laicato, foi propositalmente apresentado na Constituição LG, mas especificamente no segundo capítulo. De modo que, antes de tratar da questão hierárquica da Igreja, apresentou-se a vocação do povo de Deus. Ainda, no segundo capítulo, deu-se a apresentação do sacerdócio comum dos fiéis, deixando claro a liberdade do Espírito em distribuir seus dons e carismas conforme lhe apraz (1 Cor 12,70), para o exercício da missão e para edificação da comunidade.

Após a definição da vocação cristã como povo de Deus, no capítulo terceiro da LG se apresentou a vocação ministerial, ou seja, hierárquica da Igreja, sua natureza e índole. No quarto capítulo apresentou então vocação do leigo. Concretamente a Igreja coloca todos, ministros ordenados e leigos juntos na formação do Povo de Deus que é a Igreja.

Identificou-se do que já citamos no segundo capítulo desta pesquisa, a respeito do resgate do Vaticano II, quanto à dimensão pneumatológica das primitivas comunidades e sua organização a princípio pastoral. Reforçando a ideia de complementariedade e harmonia entre a hierarquia e carisma no Espírito. De modo que, o exercício do apostolado laical surge da dimensão carismática da Igreja na ação do Espírito a favor dos povos.

O Espírito Santo, reparte aos fiéis os dons particulares (cf. 1Cor 12, 7), distribuindo-os a cada um conforme lhe apraz, a fim de que cada um, assim como recebeu a graça, pondo-a ao serviço dos outros, sejam também eles os bons dispensadores da multiforme graça de Deus (1Pd 4, 10), para edificação de todo o Corpo na caridade (cf. Ef 4,16). Da recepção destes carismas, ainda que os mais simples, nasce para cada um dos fiéis o direito e o dever de, para bem dos homens e edificação da Igreja, os exercerem nesta e no mundo, na liberdade do Espírito Santo, que sopra onde quer (cf. AA, n. 3).

No decreto AA, distinguem-se as funções para a realização da missão da Igreja (salvação dos homens), especificando o que é de índole do clero e qual o papel do leigo, concluindo que “o apostolado dos leigos e o ministério pastoral [dos sacerdotes] se complementam mutuamente” (AA, n. 6). Por isso, se reconhece que os leigos são cooperadores no exercício do ofício do ministro ordenado.

O específico da missão e do apostolado do leigo é sem dúvida o ordenamento das coisas temporais: “efetivamente, exercem a sua atividade apostólica para a evangelização e santificação dos homens e para animarem e aperfeiçoarem com o espírito evangélico a ordem das coisas temporais” (AA, n. 2). O leigo, enquanto fiel testemunha de Cristo, porta consigo a missão de evangelizar, ao passo que no mundo é cidadão e por isso, deve neste campo esforçar-se por restaurar toda a ordem temporal.

Há pouco mais de cinco décadas, desde o sopro que rejuvenesceu a Igreja, vemos leigos engajados na política, na esfera assistencialista de vulnerabilidade humana, envolvidos em missões em países de conflitos e pobreza extrema, líderes de diversos movimentos. Entre essas iniciativas existe o movimento pentecostal, que possui matriz laical; por exemplo, existem novas comunidades que ora são de fundadores religiosos, mas o corpo associativo é laico. Todos eles têm a finalidade de cooperar com a Igreja na sua missão evangelizadora, cada qual no seu carisma, sob a orientação eclesial.

Ao que parece, o Concílio Vaticano II já intuía o movimento do Espírito em relação às novas formas de espiritualidade e de associações, mesmo que ainda em germe nos idos da década de 60-70. O Cardeal Suenens, um dos padres conciliares, em sua carta pastoral no Pentecostes de 1973 conta que:

Ao abrir o Concílio, o Papa João XXVIII estava consciente de que a Igreja necessitava de um novo Pentecostes. Agora, olhando para trás, podemos dizer que o

Concílio, indicando a sua fé nos carismas, fez um gesto profético e preparou [nos textos do Concílio] os cristãos para acolher este sopro do Espírito que está se espalhando pelos quatros continentes (SUENENS, 1975, p. 40).

Mesmo com todos esses reconhecimentos é importante destacar que houve resistências. Alguns cardeais colocavam os carismas como realidade do passado, como foi o caso do cardeal Ruffini, arcebispo de Palermo. Entretanto, com a colaboração de alguns poucos cardeais, entre eles o expoente cardeal Suenens, a Igreja aceitou os textos da *LG*, *GS* e *AA* que tratam dos carismas, algo que trouxe para dentro da Igreja inúmeros frutos (CONGAR, 2005).

O que os eclesiásticos não imaginavam era a amplitude e o alcance que isso geraria no mundo. Grande foi a abertura em relação às iniciativas suscitadas pelo Espírito Santo. O fato é que, com clareza ou não, o Magistério Conciliar deu base e fundamento para que acontecesse uma segunda efusão, uma verdadeira “primavera na Igreja”, conforme Papa João Paulo II denominou as novas formas de associações e apostolado, pertencentes à corrente de graça.

Tudo indica que transformações foram possíveis graças, em primeiro lugar, a fundamentação que está relacionada à vocação do cristão e do próprio apostolado do leigo, ou seja, na novidade da teologia laical, bem apresentada acima. Em segundo, foi a reafirmação da dimensão carismática da Igreja e seus dons. E por fim, o incentivo e promoção apresentados sobretudo, no decreto *AA*, sobre a importância e multiplicidade dos apostolados e as associações, que exercem com grande vigor missionário o labor apostólico, em vista de promover a evangelização. Com isso,

O apostolado associado é de grande importância, até pelo fato de, nas comunidades da Igreja e nos diversos ambientes, o apostolado exigir muitas vezes uma ação de conjunto. Com efeito, as organizações criadas para uma atividade comum de apostolado amparam os seus membros e formam-nos para o labor apostólico, ordenam convenientemente e dirigem a sua ação apostólica, de modo a poder-se esperar dela frutos muito mais abundantes do que se cada um agisse separadamente (*AA*, n. 18).

O que para antes do Concílio Vaticano II era condenado e questionado pela Igreja, como os movimentos e a nova teologia, cujo um dos representantes desta é o renomado teólogo Cardeal Yves Congar⁷, conforme a encíclica *Humani Generis (HG)*, de Pio XII

⁷ Congar, “em uma visão de Igreja aberta ao diálogo ecumênico, decide tomar como tema de sua tese conclusiva do curso de Teologia o seguinte tema: ‘A Unidade da Igreja’, alicerçando assim, a construção de suas reflexões sobre a **Igreja de Comunhão**. Um acontecimento que lhe foi caro, foi a sua proibição de publicar e ensinar, feita pelo Papa Pio XII, que o leva a silenciar-se, como um servo bom e fiel, obedeceu a Igreja, e recluiu-se em Jerusalém em 1954, permanecendo assim até que a Igreja o convocasse por intermédio do Papa João XXIII, que buscando um espírito de transformação, convocou o Concílio Ecumênico Vaticano II” (GUEDES, PEREIRA, 2019, p. 56, grifo nosso.).

(1950), tornou-se algo revisto com a novidade e respaldo dos documentos, decretos e discursos do Concílio. Abriram-se as portas e as janelas da Igreja para que o Espírito Santo sobre onde e como quiser (CODINA, 2010).

Assim, foram surgindo diversos movimentos e associações internacionais de fiéis, o qual inclui as novas comunidades. Cada qual com seu carisma procura preencher um espaço no mistério de Cristo, cooperando com a Igreja na missão de evangelizar.

Desde o ano de 1967, surgiu o movimento pentecostal católico, mais conhecido como RCC, algo que gerou polêmicas e controvérsias⁸. O mesmo afirmava que através da experiência do Batismo no Espírito Santo se podia acender a chama da conversão e da santidade. O cardeal Suenens (1976) chamou este movimento de “a grande corrente de graça”, dado pelo Espírito Santo à toda Igreja pós-conciliar.

O mesmo Suenens (1976, p. 22), comentando o discurso do Papa Paulo VI, no congresso da RCC em Roma no dia de Pentecostes, assim afirma: “o Papa considera que esta renovação espiritual, ou está renovação carismática, como é costume denominar-se, é obra de Deus, suscitada pelo Espírito Santo”.

Paulo VI (apud SUENENS, 1976, p. 42) em outro encontro com os carismáticos disse: “A Igreja hoje precisa, acima de tudo, daquele milagre de Pentecostes, daquele vento, daquele fogo, daquela energia, daquela palavra, daquela riqueza, daquele poder espiritual que vem do Espírito Santo”.

Para o Papa João Paulo II, olhar para o movimento RCC é contemplar a ação de Deus para nossos tempos, advinda do Vaticano II. O que vemos são instrumentos do Espírito Santo a difundir no mundo a experiência de um perene Pentecostes, que é para toda a Igreja.

Outros papas também reconheceram a ação do Espírito Santo no movimento da RCC, pela experiência com o Batismo no Espírito Santo. Papa João Paulo II reafirma os frutos e acrescenta a dimensão ecumênica do movimento. Papa Bento XVI, ainda como Cardeal

⁸ O surgimento do movimento pentecostal começou no século XX. Um grupo de evangélicos reunidos em oração com objetivo de receber os carismas dos tempos apostólicos. Agnes Ozam inaugurou a experiência da efusão do Espírito, como apresentando em Joel 2 e citado por São Pedro em Atos dos Apóstolos. O movimento se estabeleceu em *Los Angeles*, de modo que difundiu no EUA e exportando a experiência para o mundo. É enfatizado a experiência individual com Deus, a doutrina da perfeição pietista, fundamentalista, faziam dos usos carismáticos dos dons (curas e milagres) e pregavam a Parusia. Foi uma libertação das estruturas do pentecostalismo tradicional, surgindo entre aos negros, imigrantes e pobres. O movimento pentecostal católico nasceu nos Estados Unidos, na segunda metade dos anos 1960, e difundiu-se rapidamente em todos os continentes (Ranaghan, 1972, p. 13). Depois do encerramento do concílio, em 1966, começou a surgir do fenômeno religioso chamado RCC. Um acontecimento pós-conciliar estreitamente ligado ao próprio concílio, chegando no Brasil em 1969. Além do mais, o termo pentecostalismo católico foi substituído por RCC, pois a hierarquia da Igreja relacionava as “seitas pentecostais” que surgiram ao logo dos séculos.

Ratzinger (apud BOFF, C. 2000), na linha dos seus predecessores citados acima, diz que entre tantos bons frutos do Concílio Vaticano II, o movimento carismático é aquele que mais teve destaque no âmbito mundial.

O Papa Francisco, por ocasião do Jubileu de ouro da RCC, destaca na Vigília de Pentecostes de 2017:

Estamos aqui reunidos, para celebrar a obra soberana do Espírito Santo na Igreja, que teve início há 50 anos. Uma corrente de graça [...]. Cinquenta anos de Renovação Carismática católica. Uma corrente do Espírito Santo! [...] Porque não há fundadores, nem estatutos, nem órgão de governo. Claramente nesta corrente surgiram várias expressões que, sem dúvida, são obras humanas inspiradas pelo Espírito Santo, com vários carismas, e todos ao serviço da Igreja” (FRANCISCO, 2017).

Além da RCC, o reconhecimento dado pelos Papas pós-conciliares, e continuada até nossos dias pelo Papa Francisco, declara que o Espírito Santo, também inspirou outras expressões religiosas, no caso, as novas comunidades⁹. O Papa Francisco assume o termo do cardeal Suenens, chamando todas estas inspirações que nasceram deste novo Pentecostes de corrente de graças.

Por isso, convém dizer que as duas expressões, RCC e novas comunidades, foram feitas para se encontrar, afinal, foram nascidas da mesma experiência carismática. Este desejo de comunhão pelo vínculo do Espírito é um dom para nossos tempos. Ainda que não seja de tudo uma novidade, pois, este desejo sempre esteve presente no seio da Igreja. Neste sentido, Ferreira diz que a “realidade agregativa na Igreja não é uma novidade absoluta” (FERREIRA, 2011, p. 41),

Entretanto, com a redescoberta e abertura do papel do leigo na Igreja e na sociedade, bem como o reconhecimento de seu apostolado, tendo em vista o ensinamento do Concílio Vaticano II, o original está no apostolado associativo dos leigos. Sendo assim, “o fenômeno associativo dos fiéis cristãos representa uma experiência viva e carismática do mistério de comunhão da Igreja, juntamente com tantas outras manifestações importantes da vida eclesial do nosso tempo” (FERREIRA, 2011, p. 46).

Como observa Mühlen (1980, p.6-7)., sobre o surgimento de novos movimentos e novas comunidades, trata-se de colocar em práticas as premissas do Concílio Vaticano II, de

⁹ As novas comunidades são fruto do Concílio Vaticano II, no que tange a liberdade do Espírito Santo em criar coisas novas. Nasce entre os leigos e eclesiásticos que, sob o impulso de um encontro com Jesus, através da experiência com Espírito Santo, experimentam os carismas (dons carismáticos) e sentem-se impelidos a entregar-se para a vida fraterna em comum, em vista, de uma missão comum (carisma), que colabora na missão da Igreja de evangelizar. São homens e mulheres, clérigos e leigos, casados, celibatários que vivem em comunidade. A comunidade possui um carisma particular, vive um estilo de vida evangélica que se assemelha às comunidades nascentes em Pentecostes e ao mesmo tempo, se organizam inspirados na vida religiosa tradicional.

redescobrir a experiência religiosa comunitária de grandeza social, na vida cristã. “Irrompe assim, novamente, a vitalidade pentecostal da Igreja, e isso de um modo nunca previsto: a força missionária de comunhão espiritual manifesta-se sob uma forma que já se pode chamar de característica da época”.

O Espírito assiste a Igreja, acompanha os sinais dos tempos e derrama sua graça sempre nova. Suscita o protagonismo das novas comunidades para colaborar na missão da Igreja. Estes fenômenos de agregação dos leigos são bem diversos, tem características próprias no seu modo de viver e anunciar o Evangelho. Em certo sentido, sempre existiram na Igreja. Papa João Paulo II, faz uma breve síntese sobre isso na exortação *Christifideles Laici (CL)*.

Se na história da Igreja tal fenômeno [agregação dos leigos] representou sempre uma linha constante, [...]. Ele recebeu, todavia, um notável impulso nos tempos modernos que têm visto o nascer e o irradiar de múltiplas formas agregativas: associações, grupos, comunidades, movimentos. Pode falar-se de uma nova era agregativa dos fiéis leigos. [...] Estas agregações de leigos aparecem muitas vezes bastante diferentes uma das outras em vários aspectos [...]. Encontram, porém, as linhas de uma vasta e profunda convergência na finalidade que as anima: participar responsabilmente da missão da Igreja de levar o Evangelho, qual fonte de esperança para o homem e de renovação para a sociedade (*CL*, n. 29).

Suscitada pelo Espírito Santo para responder aos desafios de hoje, estas novas formas de vida evangélica, de matriz carismática, fundamentada nos textos do Vaticano II e chamadas de novas Fundações, tem suas formas de pertença e originalidade próprias.

Segundo a *Vita Consecrata (VC)*, Exortação Apostólica Pós-sinodal, de Joao Paulo II, a respeito da originalidade das novas comunidades, identifica que a diferença das novas comunidades entre as antigas formas agregativas da Igreja é, sobretudo, a convivência entre os diferentes estados de vida, de modo que, compartilham da mesma missão e carisma.

Reconhece que, o ponto de convergência está na busca pelo estilo de vida dos Atos dos Apóstolos e do modo de se organizar das congregações tradicionais, adaptados para responder os sinais dos tempos. “Também o seu compromisso de vida evangélica se exprime em formas diversas, manifestando-se, como tendência geral, como uma intensa aspiração à vida comunitária, à pobreza e a oração” (*VC*, n. 62).

Estas novas fundações, utilizam de todos os meios disponíveis, recursos tecnológicos, digitais (TV's, Rádios, Internet etc.), assistência caritativa, assistência educativa, assistência à saúde. Estão espalhados em toda a esfera social, visando a promoção e proteção da dignidade humana e, sobretudo, o anúncio do evangelho. Colaboram assim com a Igreja local e universal, em comunhão com bispo, padres e comunidades dos locais onde estão a serviço, bem como, em obediência e colaboração ao Papa.

É evidente que, pela ação do Espírito Santo, o Magistério Conciliar, com a eclesiologia de comunhão, a teologia do laicato e a valorização dos carismas, favoreceram o florescimento de toda nova forma de agregação de fiéis.

Portanto, estes frutos pós-conciliares também tornam evidentes o agir do Espírito Santo. Toda a Igreja unida, cada qual no seu carisma e ministério, exercendo o seu lugar no corpo de Cristo, traz a esperança para a nova evangelização no mundo de hoje.

CONCLUSÃO

Tendo percorrido o caminho da pneumatologia na dogmática católica, a pesquisa ocupou-se da ação do Espírito Santo na vida cristã. Principalmente, buscamos referências na Sagrada Escritura, no Magistério da Igreja e, mais especificamente, nos ensinamentos do Concílio Vaticano II, demonstrando como o agir do Paráclito fez-se sempre uma constante na economia salvífica.

Foi possível verificar com êxito que, o Espírito Santo já estava em ação no mundo antes da encarnação e glorificação de Cristo. Todavia, de maneira singular o Sopro do Ressuscitado foi derramado em Pentecostes. A partir deste Sopro foi manifestado o seu próprio Espírito à Igreja, foram doados seus dons e carismas que geraram e capacitaram os cristãos para a missão no mundo.

Confirmou-se que o Espírito Santo entra em ação na história, salvando, santificando, consolando e guiando a Igreja e a humanidade toda. Com efeito, é o Espírito quem capacita para que a Boa Nova seja sempre anunciada. Jesus confiou aos seus essa missão de anunciar o seu Evangelho a todos os povos. E, pela força do Espírito, ainda hoje se realiza esse mandato do Senhor.

Com isso, em nossos dias, em particular com o Concílio Vaticano II, iluminou-se toda a Igreja a partir de um princípio de restauração do homem, da própria Igreja e do mundo, sendo um novo e perene Pentecostes. Tendo compreendido a grandeza deste evento do século XX, enfatizamos neste trabalho que acima de tudo esta obra se deu por ação do Espírito Santo de Deus, guia e consolador da Igreja.

Em nossa proposta, ao longo do primeiro capítulo, buscamos a fundamentação bíblica para as questões referentes ao Espírito. Para tanto, no AT, identificou-se o termo *Ruah* para definir a ação do Espírito na criação, nas profecias e na sabedoria. Logo, no AT o Espírito é Aquele que dá vida, que consola, santifica e salva. Ainda desconhecido (mistério) para o povo eleito, no entanto, o Espírito de Deus já agia como potência salvífica.

No NT, vimos o Espírito do Pai agindo por meio de Jesus e sendo revelado aos discípulos. De modo que, chegada à plenitude dos tempos, o Espírito de Jesus, o consumidor

da obra de salvação, permanece agindo através dos cristãos que se tornam um outro Cristo para a Igreja e no mundo.

Deste modo, percebeu-se que a Igreja, que tem origem no Pai, fundada por Cristo, na força do Espírito Santo, é verdadeiramente um sinal de salvação. Com efeito, o mesmo Espírito Santo, o batizador, que operava através das funções litúrgicas-sacramentais, pelas manifestações dos carismas e dons, dentro e fora da comunidade primitiva, permanece atuando na Igreja até os nossos dias.

Conforme apontamos no segundo capítulo, desde os tempos do Concílio Vaticano II e ainda em nossos dias, a Terceira Pessoa da Trindade novamente ganhou destaque no cenário eclesial. A saber, vemos o que é próprio do Espírito: sua presença e ação na vida cristã e no mundo! Há quem diga que o Vaticano II provocou esta redescoberta do Espírito. Se por muito tempo houve um esquecimento do Espírito, no século XX este veio à tona novamente.

Assim, podemos afirmar, é o próprio Espírito que, em sua ação realizou a obra do Vaticano II para a Igreja e para o mundo. Tratou-se de um novo Pentecostes, um verdadeiro derramamento da graça, que trouxe consigo esperança, um novo ardor missionário e impulso evangelizador a toda a Igreja, convocada nestes tempos a ser um sinal de Deus entre os homens.

Conforme os Papas pediram o auxílio do Espírito Santo, se abriram as portas e as janelas da Igreja Universal para enxergar as necessidades dos tempos. Com isso, necessariamente mudaram-se as formas de compreensão da Igreja acerca de si e da sua relação com o mundo. Avançaram-se as reflexões teológicas sobre a Igreja Corpo místico para Igreja povo de Deus e sacramento do Espírito.

Este derramamento de graças trouxe, ainda nos tempos do Concílio, a redescoberta da reflexão teológica trinitária e, em especial, a que diz respeito ao Espírito Santo (pneumatologia). Desta ênfase numa eclesiologia de comunhão, que tem como referência a própria Trindade, desdobraram-se outras reflexões teológicas, tais como, a teologia do laicato, bem como sua relevância e finalidade no mundo.

Percebeu-se ao longo do trabalho que, por meio da ação do Espírito Santo na vida cristã, aconteceu um novo Pentecostes para Igreja a partir do Concílio Vaticano II. Houve uma verdadeira renovação espiritual que instaurou e atualizou sua própria noção eclesiológica, revelando uma face mais cristológica e essencialmente pneumática da Igreja.

Em seguida, buscou-se refletir sobre as implicações desta nova compreensão eclesiológica. Com isso, no terceiro capítulo buscou-se identificar como no processo de

tomar parte nesta vida nova no Espírito toda a Igreja é chamada à missão. Em particular, destacamos que o leigo volta para o centro da vida litúrgica, sacramental e missão da Igreja, como cooperadores dos ministros ordenados e membros importantes da Igreja.

Redescobrimo os tesouros dos carismas e dos dons do Espírito a todos os membros do Corpo de Cristo, a Igreja também se manifestou para fora dos próprios muros. Nestes nossos tempos o Espírito conduziu a Igreja a ir além de suas próprias estruturas, por vezes, a romper com seu comodismo. Com isso, reafirmou-se a prevalência do cuidado do órfão, da viúva e do pobre, que tornam reconhecida a presença do Espírito Santo que impulsiona a Igreja a agir no meio do povo, seguindo os passos de seu Senhor.

Vimos, por meio das definições conciliares, que o Espírito Santo age pela hierarquia e por meio dos féis, pelos teólogos e religiosos e religiosas, enfim, todos são conduzidos pela força Divina. À luz do Concílio identificamos a ação do Espírito na vida de todos os cristãos, de modo que, tornam-se participante da vida do Cristo. Dotando-o de dons e carismas na realização de sua missão.

Ainda mais, após o evento conciliar, pode-se afirmar que a graça extrapolou os limites da compreensão do homem de hoje: resgatando a vida carismática (experiência pneumática da origem da Igreja). Com isso, foi se reestabelecendo o diálogo entre a Igreja, o homem e o mundo; superando as estruturas rígidas e fomentando a participação ativa dos leigos na vida da Igreja, clareando a noção de Igreja povo de Deus, autenticamente pneumática.

O Concílio apresentou para o mundo a compreensão da Igreja como instrumento e sinal de salvação, favorecendo o encontro do homem com Cristo, luz do mundo. Com isso, inspirou novos movimentos e as novas comunidades, a fim de colaborarem na missão evangelizadora da Igreja. Reestabeleceu o valor da caridade cristã, ao passo que ninguém deve fugir dos seus deveres e ser indiferente à sua responsabilidade com o próximo e com toda a criação. Movidos pelo Espírito todos somos chamados a agir no mundo.

Os novos movimentos e as novas comunidades ressaltam que é dá essência do cristão levar a luz da fé e da esperança a toda a humanidade, principalmente, porque a Igreja é perita em caridade. Com efeito, este novo passo da história está favorecendo o encontro do coração humano com o coração de Deus. Na liberdade do Espírito que usa quem quer e, como quer, alcança-se a finalidade de responder aos sinais dos tempos.

Em resumo, a ação do Espírito foi sensivelmente identificada na história da Igreja e da humanidade. A sua ação na Igreja é permanente. Ele continua a ensinar, a defender, a governar e a santificar a Igreja por contínuas intervenções, se manifestando segundo a necessidade de

cada tempo. Sem dúvida, após longo período de “esquecimento do Espírito”, uma das mais expressivas intervenções ocorreu: o Concílio Vaticano II. Neste evento, em que a Igreja foi sensível à necessidade destes tempos, o que se viu foi um novo Pentecostes.

Assim, a ação do Espírito Santo é a chave hermenêutica para entender o Concílio Vaticano II e suas implicações na vida cristã nos nossos dias. A partir deste Concílio, resgatou-se a teologia da Igreja primitiva a partir de sua práxis e, com isso, se atualizou a experiência de uma Igreja essencialmente cristológica-pneumatológica buscando harmonizar a dupla dimensão da Igreja: institucional e carismática.

Quanto aos frutos, encontram-se na própria renovação espiritual, na abertura da Igreja ao diálogo com o mundo, no protagonismo leigo e sua abertura para as experiências carismáticas. Aos poucos foi se redescobrimo que Deus habita em cada um e Ele mesmo torna o homem templo do seu Espírito. Por meio do Espírito revela-se a nós que não somos órfãos, mesmo em meio às dificuldades próprias de cada tempo, permanece a certeza de que Ele estará conosco para sempre!

O trabalho permitiu maior aprofundamento acerca das questões do Espírito Santo, mesmo com os percalços no caminho, em termos de mudanças na direção estrutural do projeto inicial, possibilitou melhor compreensão acerca da relevância do tema que se mostrou tão atual. Além disso, mostrou-se um desafio a ausência da disciplina de pneumatologia na grade curricular. Todavia, fomos instigados e estimulados a aprofundar e a se dedicar com mais afinco no tema.

Ao término deste trabalho, compreendemos, que movidos pelo Espírito, torna-se possível transformar o mundo, as instituições, os homens. Mergulhados nesta vida nova no Espírito nos tornamos partícipes do amor do Pai, em Cristo, aquele que desvela ao homem sua dignidade ímpar. Portanto, pela graça de Deus ressignificamos toda nossa existência. O Espírito Santo capacita-nos para ser no mundo outro “Cristo”, de modo que toda a Igreja se torna no mundo um sinal visível de comunhão.

REFERÊNCIAS

- ALBERIGO, Giuseppe. **O concílio vaticano II**. In ALBERIGO, Giuseppe (org.) História dos Concílios Ecumênicos. São Paulo: Paulus, 1995, 318-442.
- ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial. **As Janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo**. Aparecida: Santuário, 2013.
- AQUINO JR, F. **Nas periferias do mundo**. São Paulo: Paulinas, 2017.
- APARECIDA, Eva. **A experiência do Espírito Santo vivida pelo concílio vaticano II e por Yves Congar**. In TEPEDINO, Ana. (org.). Amor e Discernimento: experiências e razão no horizonte pneumatológico. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 183-208.
- ANJOS, Márcio Fabri (org.). **Sob o fogo do Espírito**. São Paulo: Paulinas, 1998.
- ARCE, Pablo; SADA, Ricardo. **Curso de Teologia Dogmática**. Lisboa: Rei dos Livros, 1992, p.171-137.
- ASSMANN, Hugo. **A Igreja eletrônica e o seu impacto na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- AURÉLIO, Marlos. **A Igreja do Papa Francisco**. Aparecida-SP: Santuário, 2016.
- BAYLÃO, Alexandre. **A pneumatologia no pensamento de Yves Congar**. São Paulo: PUC/SP, 2016. (Dissertação de Mestrado em Teologia – Universidade Pontifícia Católica de São Paulo).
- BAFFOY, T.; DELESTRE, A.; SAUZET, J. P. **Les naufragés de L'Esprit: des sectes dans l'Église catholique**. Paris: Seuil, 1996.
- BRAGA, Eduardo. **O Papa Francisco e a Renovação Carismática Católica**. Rio Bonito: EDU, 2017.
- _____. **O Espírito Santo e a Igreja: duas realidades inseparáveis**. Roma: Ateneo Pontificio Regina Apostolorum, 2002. (Monografia em Teologia - Itália)
- _____. **A dimensão pneumatológica da eclesiologia de comunhão**. Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana, 2004. (Mestrado em Teologia - Itália)
- BENEDETTI, L.R. **Templo, praça, coração: a articulação do campo religioso católico**. 1988. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia. São Paulo: FFLCH-USO, 1988.
- BENTO XVI. **Santa Missa Crismal (online)**, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/nPd7Eg>>. Acesso em: 03 de março de 2021.

_____. Audiência geral. Praça de São Pedro, quarta-feira, 10 de outubro de 2012. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/audiences/2012/documents/hf_ben-xvi_aud_20121010.html>. Acesso em: 12 outubro de 2021.

_____. **Discurso e Votos de Natal**. Vaticano, 2005. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2005/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20051222_roman-curia.html> Acessado em: 20 de novembro de 2021.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Tradução de Samuel Martins Barbosa et al. São Paulo: Paulinas, 2002.

_____. Português. **Bíblia do Peregrino**. Tradução Ivo Storniolo, José Bortolini. São Paulo: Paulus, 2002.

BITENCOURT, Estevão. **E a história dos Concílios Ecumênicos**. In *Revista Pergunte e Responderemos*, 261 (1982), Rio de Janeiro, p. 134-152.

BOFF, Leonardo. **Igreja carisma e poder**. 3^{ed}. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Vida segundo o Espírito**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Apreciação teológica da Renovação Carismática Católica analisada sociologicamente. In: OLIVEIRA, P.A. R. de *et al.* **Renovação carismática católica: uma análise sociológica, interpretações teológicas**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOFF, Clodovis. **Carismáticos e libertadores na Igreja**. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, v. 60, n. 237, 2000.

_____. *et al.* **As comunidades de base em questão**. São Paulo: Paulinas, 1997.

CONGAR, Yvez Marie-Joseph. **Revelação e experiência do Espírito**. São Paulo: Paulinas, 2009.

_____. **Ele é o Senhor e dá a vida**. São Paulo: Paulinas, 2005.

_____. **O rio da vida corre no Oriente e no Ocidente**. São Paulo: Paulinas, 2005.

_____. **Introdução ao mistério da Igreja**. São Paulo: Herder, 1966.

_____. **A palavra e o Espírito**. Tradução Luiz J. Baraúna. São Paulo: Loyola, 1989.

CANTALAMESSA, Raniero. **Vem Espírito Criador: medições sobre o *veni creator***. São Paulo: Canção Nova, 2014.

_____. **O Espírito Santo na vida de Jesus**. 8^{ed}. Tradução de Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. **Espírito Santo: princípio de vida nova**. Tradução de Alda A. Machado. São Paulo: Canção Nova, 2013.

_____. **Adoração em Espírito (online)**, 2016. Disponível em: <<https://pt.zenit.org/articles/a-adoracao-em-espírito-e-verdade/>>. Acesso em: 04 de março de 2021.

CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

COSTA, Valeriano Santos. **Viver a ritualidade como momento histórico da salvação: participação litúrgica segundo a *Sacrosanctum Concilium***. São Paulo: Paulinas, 2013.

_____. **Peregrinação ao Coração do Mistério**. São Paulo: Paulinas, 2009.

_____. **Noções teológicas de liturgia**. São Paulo: Ave-Maria, 2012.

CODINA, Víctor. **Creio no Espírito Santo: pneumatologia narrativa**. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. **Não extingais o Espírito: iniciação à pneumatologia**. São Paulo: Paulinas, 2010.

_____. **Eclesiologia do Vaticano II. Perspectiva Teológica**, [S. l.], v. 45, n. 127, p. 461, 2013. DOI: 10.20911/21768757v45n127p461/2013. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2791>. Acesso em: 21 outubro de 2021.

_____. **O Vaticano II, um Concílio em processo de recepção. Perspectiva Teológica**, v.37, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.faje.edu.br/index.php/perspectiva/article/view/415/792>> Acessado em: 20 de novembro de 2021.

COSTA, Ademir Pereira. A dimensão pneumática da Iniciação Cristã na Patrística. *In Congresso Internacional Sociedade de Teologia e Ciências da Religião*. C749a Anais do 28º Congresso Internacional da SOTER: religião e espaço público: cenários contemporâneos / Organização SOTER. Belo Horizonte: SOTER, 2015.

CONCÍLIO VATICANO II. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. [organização geral Lourenço Costa; Tradução Tipografia Poliglota Vaticana]. São Paulo: Paulus, 1997.

CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. **Vaticano II: mensagens, discursos e documentos**. Tradução Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 1998.

CONSTITUIÇÃO dogmática **Dei Verbum** sobre a Revelação Divina. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1966.

_____. **Lumen Gentium** sobre a Igreja. 23ª ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. **Gaudium et Spes** sobre a Igreja no mundo de hoje. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **Sacrosanctum Concilium sobre a Sagrada Liturgia**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1966.

_____. **Unitatis Redintegratio. Sobre a Unidade**. São Paulo: Paulinas, 1966.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: sal da terra e luz do mundo (Mt 5, 13-14)**. São Paulo: Paulinas, 2016. (Documentos da CNBB 40).

COMISSÃO TEOLÓGICA-HISTÓRICA DO GRANDE JUBILEU DO ANO 2000. **A terra está repleta do Espírito**. São Paulo: Paulinas, 1990.

DUFOUR, Xavier Léon et al. **Vocabulário de Teologia Bíblica**. Tradução Frei Simão Voigt, O.F.M. Petrópolis: Vozes, 2005.

EICHER, Peter. Teologia bíblica. In EICHER, Peter. **Dicionário de Conceitos Fundamentais de Teologia**. São Paulo: Paulus, 2005, 243-248.

EDWARDS, Denis. **Sopro de Vida: uma teologia do Espírito Criador**. Tradução Luís C. Borges. São Paulo: Loyola, 2007.

FAGUNDES, Claudiberto. **A pneumatologia cristológica de Yves Congar e a cristologia do pro-seguimento com de Jon sobrinho uma proposta para o mundo desigual e plural** (online), 2006. Disponível em: < <https://goo.gl/W1zgmb>>. Acesso em: 28 de abril de 2021. (Dissertação de Mestrado em Teologia – Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

FAGGIOLI, M. **Francisco: o primeiro papa totalmente pós-concílio**. Entrevista com João Vitor Santos. Tradução de Sandra Dall'Onder. Revista do Instituto Humanitas Unisinos (ONLINE). São Leopoldo, ed. 465, 18 de maio de 2015. Disponível em <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5922-massimo-faggioli-2>>. Acesso em: 04 de setembro de 2021.

_____. **Vaticano II: A luta pelo sentido**. Tradução Jaime A. Clasen. São Paulo: Paulinas, 2013.

FERREIRA, Wagner. **As novas comunidades no contexto sociocultural contemporâneo**. São Paulo: Canção Nova, 2011.

_____. **Comunidade Canção Nova: uma escola de formação**. São Paulo: Canção Nova, 2012.

FRANCISCO. Exortação Apostólica **Gaudete et Exsultate: sobre o chamado à santidade no mundo atual**. Cachoeira Paulista: Canção Nova, 2018.

_____. **Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2015.

_____. **Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual**. São Paulo: Paulinas, 2013.

_____. **A Igreja da Misericórdia: minha visão para a Igreja**. Giuliano Vignini (Org.). São Paulo: Paralela, 2014.

_____. **Pronunciamento no Jubileu de ouro da Renovação Carismática Católica: Avancem com força, na diversidade reconciliada! Rádio Vaticano: a voz do Papa e da Igreja em diálogo com o mundo**. Postagem em 4 jun. 2017. Disponível em: <http://br.radiovaticana.va/news/2017/06/04/papa_nos_50_anos_da_rcc_avancem_com_for%C3%A7a!/1316852>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

_____. **Vigília de Pentecostes por ocasião do Jubileu de ouro da Renovação Carismática Católica**. Rádio Vaticano: a voz do Papa e da Igreja em diálogo com o mundo. Postagem em 3 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/june/documents/papa-francesco>>

_20170603_veglia-pentecoste.html>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

_____. **Discurso do Papa Francisco aos participantes no 37º Encontro Nacional da Renovação Carismática Católica.** Estádio Olímpico, Domingo, 1º de junho de 2014. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/june/documents/papa-francesco_20140601_rinnovamento-spirito-santo.html>. Acesso em: 27 de janeiro de 2021.

_____. **Entrevista ao Papa, por Spadaro.** Vaticano, 2005. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro.html>. Acessado em: 20 de novembro de 2021.

_____. **Entrevista ao Papa, por Spadaro.** Vaticano, 2005. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro.html>. Acessado em: 20 de novembro de 2021.

FRATERNIDADES DAS NOVAS COMUNIDADES DO BRASIL. **Novas comunidades: primavera da Igreja.** São Paulo: Canção Nova, 2008.

FEINER, Johannes; LOEHRER, Magnus. **O Evento Cristo: o evento Cristo como obra do Espírito Santo.** Tradução Dom Mateus Rocha O.S.B., Petrópolis: Vozes, v. III/8, 1974.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna.** 14ªed. Rio de Janeiro: Getulio Vargas, 1988.

GREGÓRIO XVI; PIO IX. **Documentos de Gregório XVI e do Pio IX (1831-1878).** Lourenço Costa (org.); Tradução Darci L. Marin. São Paulo: Paulus, 1999.

GUTIÉRREZ, Gustavo; GERHARD, L. Müller. **Ao lado dos pobres: Teologia da Libertação.** Tradução de Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas, 2014.

GUEDES, F. W. A.; PEREIRA, A. S. A. **A Igreja em comunhão na teologia de Yves Congar.** Disponível em: <<https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-e2bf25bbc84b0abe52200a1873bebee656472f53-arquivo.pdf>>. Acesso em 10 de outubro de 2021.

_____. Acesso em 10 de outubro de 2021.

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. **Como reconhecer a verdadeira Igreja: breve estudo sobre as notas da Igreja.** In *Revista Teocomunicação* 103 (1994), Porto Alegre, p. 47-68.

JOÃO PAULO II. **Dominum et vivificantem.** São Paulo: Dom Bosco, 1986.

_____. **Veritatis Splendor.** 5ª. São Paulo: Paulinas, 2000.

_____. **Redemptoris missio.** São Paulo: Paulinas, 1991.

_____. **Novo millennio ineunte.** 3ª ed. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. **Tertio millennio adveniente.** 5ª ed. São Paulo: Paulinas, 1994.

_____. **Vita Consecrata.** São Paulo: Paulinas, 1996.

_____. **Ut unum sint.** São Paulo: Paulinas, 1995.

_____. **Christifideles Laici.** 15ªed. São Paulo: Paulinas, 2009.

_____. In. AQUINO, Felipe (org.). **O Espírito Santo, papa João Paulo II: 34 catequeses sobre o Espírito Santo**, 2003.

LIBANIO, João Batista. **Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão**. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Teologia da Revelação a partir da modernidade**. 2ªed. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Deus Espírito Santo**. São Paulo: Paulinas, 2000.

IRINEU DE LIÃO. **Contra as heresias**. São Paulo: Paulus, 1995.

LEÃO XIII. *Divinum Illud Munus*. Petrópolis: Vozes, 1946.

LOPES, Geraldo. *Gaudium et Spes: texto e comentário*. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. *Lumen Gentium: texto e comentário*. São Paulo: Paulinas, 2011.

LUTZ, Gregório. **O Espírito Santo e o corpo na liturgia**. In *Revista de Cultura Teológica* 22 (1998), São Paulo, p. 515-539.

MCKENZIE, John L. **Dicionário bíblico**. Tradução Álvaro Cunh...et al.; revisão geral Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1983.

MULLER, Gerhard Ludwig. **Dogmática Católica: teoria e prática da Teologia**. Traduzido por Volney Berkenbrock, Paulo Ferreira Valério, Vilmar Schneider. Petrópolis: Vozes, 2015.

MÜHLEN, Heribert. **Fé Cristã Renovada: Carisma, Espírito e Libertação**. São Paulo: Loyola, 1980.

_____. *Espiritu, carisma, liberación*. Salamanca: Secretariado Trinitário, 1975.

MOLTMANN, Jürgen. **A fonte da vida: o Espírito Santo e a teologia da vida**. Tradução Werner Fuchs. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **O Espírito da vida: uma pneumatologia integral**. Tradução de Carlos Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARÍN, Antonio Royo. **O grande desconhecido: o Espírito Santo e seus dons**. Tradução Ricardo Harada. Campinas: Ecclesiae, 2017.

MANNUCCI, Valério. **Bíblia, palavra de Deus: curso de introdução à Sagrada Escritura**. 4ª ed. São Paulo: Paulus, 2008.

MANZATTO, Antonio. **A força dos pequenos: teologia do Espírito Santo**. São Paulo: Paulus, 2013.

MIRANDA, Mario de França. **A reforma de Francisco: fundamentos teológicos**. São Paulo: Paulinas, 2017.

MORAES, Eva A. R. **Cem anos de Yves Marie-Joseph Congar**. In *Revista Eclesiástica Brasileira* 256 (2004), Petrópolis, p. 865-899.

- O'MALLEY, John W. **O que aconteceu no Concílio Vaticano II**. São Paulo: Loyola, 2014.
- PIO XII. *Mystici coporis*. São Paulo: Paulinas, 1965.
- PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*. 22ªed. São Paulo: Paulinas, 2011.
- PONTÍFICIA COMISSÃO BÍBLICA. **A interpretação da Bíblia na Igreja**. 5ªed. São Paulo: Paulinas, 2002.
- PHILIPS, **A Igreja e o seu mistério: II Concílio do Vaticano**. São Paulo: Herder, 1968.
- PASSOS, João; SANCHEZ, Wagner. Atualização. In PASSOS, João; SANCHEZ, Wagner (orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulinas, 2015.
- KLOPPENBURG, Boaventura. **Parákletos: o Espírito Santo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- RATZINGER, J. **Compreender a Igreja hoje: vocação para a comunhão**. Tradução de D. Mateus R. Rocha. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- RAHNER, Karl. **Não extingais o Espírito**. São Paulo: Loyola, 2018.
- RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 8ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- SUENENS, L. Joseph. **O Espírito Santo nossa esperança**. São Paulo: Paulinas, 1975.
- _____. *et al.* **Orientações teológicas e Pastorais da Renovação Carismática Católica**. São Paulo: Loyola, 1975.
- SANTOS, Benedito Beni. **O Espírito Santo, nossa força**. 7ª ed. São Paulo: Paulus, 1998.
- SANTOS, Manoel Augusto. **Concílio Vaticano II: quarenta anos da Lumen Gentium**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- SCHENEIDER, Theodor. Abordagem histórico-dogmática. In SCHENEIDER, Theodor. (org) **Manual de dogmática**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 295-495.
- SANTANA, Luiz Fernando R. **Recebereis a Força do Espírito Santo**. São José dos Campos: COMDEUS, 2000.
- _____. **Batizados no Espírito: a experiência do Espírito Santo nos Padres da Igreja**. São José dos Campos: COMDEUS, 2000.
- TERTULIANO. **O sacramento do Batismo**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- TEIXEIRA, Vinicius Augusto Ribeiro. **A vocação universal à santidade como horizonte da vida cristã**. In *Revista Eclesiástica Brasileira* 275 (2009), Petrópolis: Vozes, p. 618-641.
- THOMAS, P. C. **Os concílios gerais da Igreja**. Tradução Léliam de C. Raña. Aparecida: Santuário, 1999.

VITÓRIO, Jaldemir; GODOY Manuel (orgs.). **Tempos do Espírito: inspiração e discernimento**. São Paulo: Paulinas, 2016.

VELASCO, Rufino. **A Igreja de Jesus**. Vozes, Petrópolis: 1996.

